



## **40 anos de *Metaphors we live by*: considerações sobre a teoria das metáforas conceituais de Lakoff e Johnson**

### **40 years of *Metaphors we live by*: remarks on Lakoff and Johnson's theory of conceptual metaphors**

Gustavo Augusto Fonseca Silva

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

fonsecaugusto@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-7427-4504>

**Resumo:** No ensaio “Cognitive linguistics and autonomous linguistics”, publicado em 2007 no *Oxford handbook of cognitive linguistics*, John R. Taylor sugere o diálogo e mesmo a integração da linguística cognitiva com outras vertentes de estudos da linguagem. Seguindo essa linha argumentativa, reanalisa-se neste artigo a teoria das metáforas conceituais de George Lakoff e Mark Johnson. O objetivo é explicitar os excessos empíricos e retóricos cometidos por esses autores desde a publicação do livro *Metaphors we live by*, há 40 anos, como consequência em grande medida de seu ataque à gramática gerativa de Noam Chomsky. Com isso, espera-se facilitar a aproximação entre o gerativismo e o cognitivismo, já iniciada por pesquisadores como o próprio Taylor, Ray Jackendoff, Peter Culicover, Alan Prince e Paul Smolensky.

**Palavras-chave:** Linguística cognitiva; metáforas conceituais. George Lakoff; Mark Johnson; *Metaphors we live by*.

**Abstract:** In his essay *Cognitive Linguistics and Autonomous Linguistics*, published in the 2007 *Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*, John R. Taylor suggests dialogue and even integration between cognitive linguistics and other approaches in language studies. Following Taylor's line of argument this article reviews George Lakoff and Mark Johnson's theory of conceptual metaphor. This study intends to address both authors' empirical and rhetorical excesses since publishing *Metaphors we live by* forty years ago as an outcome of their rejection of Noam Chomsky's generative grammar. Thus, it is expected to further converge generativism and cognitivism, as already initiated by researchers such as Taylor, Ray Jackendoff, Peter Culicover, Alan Prince, and Paul Smolensky.

**Keywords:** Cognitive linguistics; conceptual metaphors. George Lakoff; Mark Johnson; *Metaphors we live by*.

Recebido em 18 de abril de 2020

Aceito em 27 de maio de 2020

As propostas da gramática cognitiva de Langacker para a teoria e descrição da linguagem quase não geraram respostas negativas de outros pesquisadores que trabalham no campo da linguística cognitiva, nem daqueles de fora. Em comparação com essa estabilidade relativa, é marcante que as propostas de Lakoff encontraram muito mais críticas internas e externas referentes a um conjunto de seus *insights*, princípios e ferramentas, com o resultado de que certas mudanças de orientação e alianças se seguiram

(DIRVEN, 2005, p. 50-51).

## Introdução

Em 2020, completam-se 40 anos da publicação do livro *Metaphors we live by* (*Metáforas da vida cotidiana*, 2002), escrito pelo linguista George Lakoff em parceria com o filósofo Mark Johnson. Sem risco de incorrer em exageros, pode-se dizer que, com a defesa nessa obra da ideia de que as metáforas não são meros floreios literários ou estilísticos, e sim um recurso linguístico tão poderoso a ponto de estruturar a linguagem, a percepção da realidade, o pensamento e as ações humanas – daí a alegação de que vivemos por metáforas –, Lakoff e Johnson não apenas estabeleceram um dos marcos inaugurais da linguística cognitiva como impulsionaram todo um importante campo de pesquisas sobre aspectos semânticos e pragmáticos da linguagem que ainda hoje não para de crescer. Tendo em vista esse cenário, propõe-se neste artigo rediscutir o trabalho de Lakoff e Johnson. O objetivo maior ao fazê-lo é desconstruir a concepção desses dois autores de que as metáforas são algo como os blocos construtores da cognição humana. Para isso, inicialmente, analisa-se o contexto histórico em que *Metaphors we live by* foi publicado, destacando-se que a linguística cognitiva surge justamente entre o fim dos anos 1970 e o início dos anos 1980, em meio aos escombros da semântica gerativa – a corrente teórica alternativa à teoria padrão gerativista que acabou derrotada nas chamadas “guerras

linguísticas” (HARRIS, 1993; NEWMAYER, 1996). Em seguida, passa-se ao exame das posições assumidas por Lakoff e Johnson ao longo das últimas décadas em defesa da suposta natureza metafórica do pensamento humano. O intuito é mostrar como Lakoff e Johnson acabaram por adotar noções empiricamente frágeis sobre a mente/cérebro em consequência de seu ataque sem tréguas (e frequentemente precipitado) ao gerativismo chomskiano. Com isso – é importante deixar claro –, não se almeja reafirmar o programa de pesquisa lançado por Chomsky em detrimento da linguística cognitiva. Na verdade, com as críticas que aqui são feitas a Lakoff e Johnson, espera-se facilitar a aproximação do cognitivismo a outros quadros teóricos, inclusive o gerativista, como aliás já vêm defendendo alguns cognitivistas, entre os quais John R. Taylor (2007).

## **1 Da semântica gerativa à linguística cognitiva: as raízes gerativistas do cognitivismo**

Uma cortina de ferro desceu sobre a gramática gerativa no fim dos anos 1960. De um lado, Noam Chomsky e seus seguidores desenvolviam a chamada teoria padrão, sintetizada pelo próprio Chomsky nos *Aspects of the theory of syntax* (*Aspectos da teoria da sintaxe*), de 1965. De outro, um grupo de dissidentes liderado por Paul Postal, James McCawley, John “Háj” Ross e George Lakoff, todos ex-alunos de Chomsky, propunha uma nova vertente teórica, que seria denominada de semântica gerativa. Nela, alguns dos pilares da teoria padrão foram atacados, com destaque à hipótese da autonomia da sintaxe em relação à semântica. Em contra-ataque, Chomsky e seus partidários golpearam o ponto-chave da semântica gerativa: a hipótese de que a estrutura profunda é a própria representação semântica. Tendo extrapolado a mera divergência científica, as discussões entre os dois grupos intensificaram-se tanto que, posteriormente, seriam batizadas de “guerras linguísticas”. A despeito, porém, do furor dos envolvidos, que muitas vezes se ofendiam pessoalmente, os confrontos foram relativamente breves. No fim dos anos 1970, já era claro à comunidade linguística que Chomsky e seus companheiros haviam derrubado as principais ideias dos semanticistas gerativistas – em especial sua concepção do componente semântico – e, conseqüentemente, saíam vencedores do conflito. No entanto, como em todo pós-guerra, as sequelas daqueles embates perdurariam por muitos anos. Na realidade, mesmo hoje os efeitos nocivos daquelas batalhas

ainda se fazem sentir tanto na gramática gerativa quanto na linguística cognitiva, que, derivando da semântica gerativa, carrega em seu DNA a marca de oposição ao gerativismo. De fato, como bem observa Peter Harder (2007, p. 1248), desde o início a linguística cognitiva se pautou por ser o que a gramática gerativa não é: não formal, não modular, não baseada em condições de verdade, etc., etc. Considerando-se esse papel de antagonista ao gerativismo assumido pela linguística cognitiva, fica nítida a importância de voltar às suas raízes gerativistas para melhor entender seus fundamentos, bem como seus equívocos.

Antes de mais nada, é preciso lembrar que a semântica gerativa essencialmente recusava a hipótese chomskiana da autonomia da sintaxe em relação à semântica e identificava a estrutura profunda com a representação semântica. “O cerne da semântica gerativa era uma obliteração do limite sintaxe-semântica no nível mais profundo da gramática – o axioma de que a estrutura profunda real *era* a representação semântica, não um *input* sintático para o componente semântico”, sintetiza Randy Allen Harris (1993, p. 105). O modelo teórico de Paul Postal (1972), intitulado *Homogeneous I*, talvez seja a formulação mais bem desenhada dessa ideia. De forma um tanto simplificada, pode-se dizer que para Postal, no lugar da estrutura profunda, no sentido de Chomsky (1975), há o conteúdo semântico da sentença, que é associado ao pensamento não linguístico. Este, por sua vez, após ser submetido a transformações, aproximadamente no sentido de Chomsky (1975), resultaria na sentença propriamente dita. Assim, se de um lado Chomsky insistia que a sintaxe é independente da semântica, afirmando por exemplo que “a relação entre sintaxe e semântica (...) pode ser estudada apenas depois que a estrutura sintática tenha sido determinada em bases independentes” (CHOMSKY, 2015, p. 23, n. 4), por outro os semanticistas gerativistas, como Postal, argumentavam que a sintaxe só pode ser investigada considerando-se sua relação com o componente semântico. Portanto, diferentemente de Chomsky, que atribuía à semântica o papel de tão somente interpretar o sentido das sentenças formadas na derivação puramente sintática, os semanticistas gerativistas defendiam que a semântica também era um componente gerativo, não apenas a sintaxe. Ironicamente, o que levou os semanticistas gerativistas a esse posicionamento foi a radicalização de um pressuposto teórico assumido na obra *Aspectos da teoria da sintaxe*: a chamada hipótese Katz-Postal, segundo a qual a estrutura profunda determina completamente o sentido (KATZ; POSTAL, 1964). Levada

às últimas consequências por Postal, Lakoff, Ross e McCawley, essa hipótese resultou na ideia de que a estrutura profunda é o sentido.

Em entrevista a Mitsou Ronat no fim dos anos 1970, na qual Ronat já podia dizer com segurança que a semântica gerativa àquela altura estava “virtualmente abandonada” (CHOMSKY, 1977, p. 135), Chomsky resumiu suas divergências em relação a essa corrente teórica e rebateu as principais críticas que lhe foram feitas por seus adeptos, sobretudo em relação ao componente semântico da linguagem. Na ocasião, Chomsky enfatizou que desde o início do gerativismo dava à semântica um lugar central, opondo-se apenas à ideia de que a sintaxe é baseada na semântica (CHOMSKY, 1977, p. 126-127). “Sempre neguei e rejeitei de modo explícito uma posição completamente diferente, a qual com frequência me foi erroneamente atribuída: ou seja, que o estudo do sentido, da referência e da utilização da linguagem está fora do campo da linguística”, afirmou Chomsky (1977, p. 127). Especificamente em relação à ideia defendida pela semântica gerativa de que a estrutura profunda é o sentido, Chomsky (1977, p. 137-138) lembrou que nos *Aspectos da teoria da sintaxe* é observado que ao menos certos aspectos da representação semântica, como os ligados a foco e tópico, parecem mais relacionados à estrutura superficial do que à estrutura profunda.<sup>1</sup> Além disso, destacou que as pesquisas posteriores sobre o papel da estrutura superficial na determinação do sentido resultaram na teoria padrão estendida. De fato, ainda no âmbito da teoria padrão, Chomsky e Halle (1968, p. 6-7) já afirmavam que a estrutura superficial tinha algum papel na determinação semântica. Na teoria padrão estendida, por sua vez, foi proposto que, diferentemente do que havia sido defendido antes, a estrutura superficial também determina o sentido. Essa mudança de perspectiva, é claro, representou um problema fatal à semântica gerativa. De qualquer maneira, conforme Chomsky (1977, p. 138), a melhor crítica à teoria padrão não foi aquela feita pelos semanticistas gerativistas, e sim a formulada por Ray Jackendoff, em meados dos anos 1960, ao mostrar que a estrutura superficial realmente desempenha um papel importante na interpretação semântica. As evidências que Jackendoff apresentou para sustentar essa posição derivavam de sentenças com foco e pressuposição e de sentenças com negação e quantificadores. No primeiro caso, Jackendoff demonstrou que fenômenos fonológicos

---

<sup>1</sup> Ver Chomsky (1975, p. 319, n. 32 e p. 323, n. 9).

– portanto, em estrutura superficial – como entonação, acento (*stress*) e altura (*pitch*) estão relacionados ao componente semântico. Vejam-se exemplos retirados de Jackendoff (1980, p. 229):

- (1a) Is it JOHN who writes poetry?  
(É o JOÃO que escreve poesia?)
- (1b) No, it is BILL who writes poetry.  
(Não, é o BILL que escreve poesia.)
- (1c) No, it is JOHN who writes short stories.  
(Não, é o JOÃO que escreve contos.)

Como esclarece Jackendoff (1980), (1b) é uma resposta “natural” para (1a), mas não (1c). Isso porque, detalha Jackendoff (1980, p. 230), em (1a) pressupõe-se que alguém escreve poesia, ou seja, o falante assume que essa informação é compartilhada por ele e pelo ouvinte. “John”, por sua vez, é o foco da sentença, isto é, o falante assume que essa informação não é compartilhada por ele e pelo ouvinte. Mas tanto aquilo que é pressuposto quanto aquilo que é focalizado na sentença são denotados fonologicamente e, portanto, não são informações semânticas contidas em estrutura profunda. Com isso, desmente-se a hipótese Katz-Postal.

No segundo caso, Jackendoff evidenciou que o conteúdo semântico de sentenças com negação e quantificadores pode ser alterado com operações de transformação, o que igualmente derruba a hipótese Katz-Postal. Em “Pedro chutou a bola” e “A bola foi chutada por Pedro”, por exemplo, a operação de passivização não altera o conteúdo semântico das sentenças, determinado na estrutura profunda. Dessa forma, esses exemplos atestam a hipótese Katz-Postal de que o sentido é completamente determinado em estrutura profunda. As sentenças (2), no entanto, apresentadas por Jackendoff (1980, p. 325-326), refutam essa generalização:

- (2a) Not many of the arrows hit the target.  
(Não muitas das flechas atingiram o alvo.)
- (2b) Many of the arrows didn’t hit the target.  
(Muitas das flechas não atingiram o alvo.)

(2c) The target wasn't hit by many of the arrows.

(O alvo não foi atingido por muitas das flechas.)

Com base na hipótese Katz-Postal, argumenta Jackendoff (1980, p. 326), a sentença passiva (2c) deveria ser ambígua, expressando o conteúdo semântico tanto da sentença (2a) como da sentença (2b). No entanto, a única interpretação possível de (2c) é sinônima de (2a) – a não ser que se enfatize a palavra “many” (muitas). Dessa maneira, as sentenças (2a), (2b) e (2c) representam mais um contraexemplo fatal à hipótese Katz-Postal e, conseqüentemente, à sua radicalização feita na semântica gerativa de que a estrutura profunda é o sentido.

Para não deixar margem a dúvidas quanto à vitória da sua vertente teórica sobre a semântica gerativa, Chomsky chama a atenção ainda de Ronat para a então nova teoria dos traços, chegando a afirmar com base nela que “*toda* a semântica, inclusive as relações temáticas, está ligada à estrutura superficial” (1977, p. 150) e que, “com a teoria dos traços, podemos dizer que somente a estrutura superficial está ligada à representação semântica” (1977, p. 156). Vale lembrar que na teoria padrão assumia-se que os papéis temáticos (agente, paciente, instrumento, etc.) eram atribuídos na estrutura profunda. Conforme a teoria dos traços, porém, o papel temático é deslocado junto com o nome. Veja-se um exemplo dado por Chomsky a Ronat (1977, p. 151):

(3) *A quem* Pedro ensina latim *t*?

Em (3), o papel temático de objetivo, atribuído ao sintagma preposicional “a quem” em estrutura profunda, desloca-se junto com ele até a topicalização em estrutura superficial. Assim, conclui Chomsky (1977, p. 150-151), com a teoria dos traços é possível atribuir a relação temática à estrutura superficial, em vez de atribuí-la à estrutura profunda.

Todos esses argumentos contrários à semântica gerativa apresentados por Chomsky e por seus discípulos nunca foram devidamente respondidos pelos semanticistas gerativistas. Por isso, a despeito de Lakoff ter declarado a vitória da semântica gerativa em 1973 (HARRIS, 1993, p. 197), Givón não exagerava ao dizer poucos anos depois que o movimento da semântica gerativa já era àquela altura “história antiga” (GIVÓN, 1979, p. 19). Compartilhando dessa interpretação, Harris (1993, p. 215) explica que, mais do que seus ataques à semântica gerativa,

foram as possibilidades de pesquisa abertas por suas novas propostas teóricas que levaram Chomsky a vencer a “guerra linguística” contra os semanticistas gerativistas já nos anos 1970. É importante, porém, acrescentar a essa análise o fato de que, independentemente dos avanços teóricos na gramática gerativa, a semântica gerativa, que pouco a pouco acabou sob a liderança de Lakoff, já havia caído em descrédito naquele período em determinados círculos teóricos por conta de seus próprios excessos – originados e divulgados, em grande medida, por Lakoff. “Com Lakoff ao leme”, afirma Harris (1993, p. 227-228), “promovendo sua muito ampla concepção de teoria linguística (...), a percepção geral se tornou de que a semântica gerativa era promíscua teoricamente, incapaz de dizer não.” Na verdade, com Lakoff à sua frente, a semântica gerativa supostamente iria englobar

não apenas sintaxe-semântica, fonética-fonologia, linguística histórica, linguística antropológica, etc., que formam o núcleo da maioria dos programas acadêmicos neste país, mas também o papel da linguagem em interação social, em literatura, em ritual e em propaganda, assim como o estudo da relação entre linguagem e pensamento, produção e percepção de fala, transtornos linguísticos, etc. (LAKOFF, *in* PARRET, 1974, p. 151 *apud* HARRIS, 1993, p. 228).

Como ironizou Harris (1993, p. 228), “fica-se com a impressão de que Lakoff parou a lista mais porque ele ficou sem fôlego do que porque ele ficou sem visão, cuidadosamente lembrando-se de jogar aquele *etc.* antes de tomar algum ar”. Dessa forma, avalia Harris (1993, p. 228), a semântica gerativa sob a liderança de Lakoff quis fazer muito e acabou sem pé nem cabeça. Com efeito, para Harris (1993, p. 230), dois traços em particular talvez tenham sido decisivos para a debacle da semântica gerativa: sua ampla gama de interesses e sua autodefinição primária contra Chomsky. Nos dois casos, mesmo não tendo sido uma voz solitária entre os semanticistas gerativistas, Lakoff certamente foi a mais estridente. Para piorar sua situação individual, como recorda Newmeyer (1996, p. 126), nesse período Lakoff apresentava praticamente de ano em ano uma nova teoria – ao menos um novo nome de teoria –, como a “fuzzy grammar” (1973), a “global transderivational well-formedness grammar” (1974), a “cognitive grammar” (1975), a “dual-hierarchy grammar” (1975), a “linguistic gestalt theory” (1977) e a “experimental linguistics” (1977). Apesar de todas essas teorias terem em comum uma oposição visceral



ao gerativismo chomskiano, nenhuma delas despertou muito interesse entre os críticos de Chomsky. Talvez porque elas sempre foram vistas mais como um amontoado de observações do que como um quadro teórico bem definido. Isso, porém, iria mudar radicalmente em 1980, com a publicação do livro *Metaphors we live by* por Lakoff em parceria com o filósofo Mark Johnson.

## **2 A teoria de que vivemos por metáforas: polêmicas e objeções**

Seguindo a análise de Harris (1993) e de Newmeyer (1996) a respeito das circunstâncias em que a gramática gerativa triunfou sobre a semântica gerativa ao fim das guerras linguísticas dos anos 1960 e 1970, observou-se acima que o movimento dissidente liderado por Postal, McCawley, Ross e Lakoff acabou caindo em descrédito devido à sua falta de foco. Além disso, ainda de acordo com a interpretação feita por Harris e por Newmeyer daquele importante capítulo da história da linguística no século 20, pontuou-se que os excessos cometidos pela semântica gerativa se originaram em boa medida do trabalho de Lakoff. Dando continuidade a essa discussão, volta-se agora à investigação do que Lakoff fez depois das guerras linguísticas. O intuito é demonstrar que, assim como havia acontecido com a semântica gerativa, com Lakoff ao leme a linguística cognitiva tentou fazer muito e acabou à deriva. Como não poderia deixar de ser, o eixo central desta reflexão é a teoria de Lakoff e Johnson de que as metáforas não somente estruturam a linguagem, mas também a percepção da realidade, o pensamento e as ações humanas (2003, p. 3-4).

De acordo com o próprio Lakoff,<sup>2</sup> seu trabalho sobre a natureza metafórica do pensamento teve início em um curso de graduação que ele ministrou na Universidade da Califórnia, em Berkeley, em 1978. No dia em que seria discutido um artigo sobre metáforas, lembra Lakoff, uma de suas alunas chegou atrasada e estava chorando. Tomada pela tristeza, ela teria dito, em meio à análise do texto, que não poderia participar da atividade porque tinha um problema metafórico com o namorado. Para explicar por que estava tão triste, a estudante contou que, a caminho da aula, seu namorado havia lhe dito: “Our relationship has hit a dead end street” (“Nossa relação chegou a uma rua sem saída”). Ela, então, teria

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Eu-9rpJITY8>. Acesso em: 6 dez. 2018.

pedido ajuda aos presentes para melhor entender o que seu namorado queria dizer com isso. Então, recorda Lakoff, todos começaram a sugerir à jovem que, já que seu relacionamento tinha atingido uma rua sem saída, ela não poderia seguir em frente e, portanto, tinha de voltar. Para além disso, enfatiza Lakoff, em meio àquela conversa, a turma se deu conta de que a língua inglesa está repleta de expressões em que o amor (*love*) é visto como um tipo de jornada (*journey*): “We are going in different directions” (“Nós estamos indo em direções diferentes”), “We have a crossroads in the relationship” (“Temos uma encruzilhada no relacionamento”), “The marriage is off the track” (“O casamento saiu dos trilhos”), etc., etc. Após anotar uma longa lista com exemplos semelhantes, conta Lakoff, o passo seguinte foi tentar encontrar algum tipo de generalização da lista. A conclusão foi que, em todos os exemplos listados, o amor era visto como uma jornada e os amantes, como viajantes. Mais precisamente, o relacionamento amoroso era retratado como um veículo (um carro, um barco, um trem, um avião...); os objetivos de vida do casal eram tidos como os destinos a serem atingidos nessa jornada; dificuldades de relacionamento, dificuldades na jornada, eram explicitadas como percalços na viagem, obstáculos que impediriam o casal de atingir o destino (uma rua sem saída, por exemplo). À luz dessa esquematização, afirma Lakoff, ficou claro que havia de fato um padrão nas expressões listadas naquela aula. Indiferente a tudo isso, porém, relembra Lakoff, sua aluna com problemas amorosos teria dito: “I don’t care about your generalization. My boyfriend is breaking up with me. He is thinking in terms of this metaphor” (“Eu não me importo com sua generalização. Meu namorado terminou comigo. Ele está pensando em termos dessa metáfora”). Com base nessa afirmação, revela Lakoff, teria lhe saltado aos olhos que as teorias clássicas sobre metáforas não lidam com a ideia de pensar em termos de uma metáfora. Quando se diz, por exemplo, “We are spinning our wheels in this relationship” (“Nós estamos girando nossas rodas nesse relacionamento”/“Nós estamos cantando pneus nesse relacionamento”/“Nós estamos patinando nesse relacionamento”), argumenta Lakoff, a expressão “spinning the wheels” (“girando as rodas”/“cantando pneus”/“patinando”) sugere a imagem de um carro cujas rodas estão girando, mas que não sai do lugar – ou seja, detalha Lakoff, o veículo não se move, apesar da enorme energia que você gasta com essa finalidade, e, como consequência do fracasso, você fica frustrado. Em se tratando de um relacionamento amoroso, prossegue

Lakoff, dizer que se está “spinning the wheels” em uma relação significa não ir a lugar algum; não atingir os objetivos de uma vida a dois; pôr muita energia com o intuito de atingir esses objetivos, mas sentir-se frustrado por fracassar. Assim, conclui Lakoff, o raciocínio que se faz sobre viajar é mapeado, é estendido ao raciocínio que se faz sobre o amor.

Levando adiante essas reflexões sobre o grande número de metáforas que são encontradas na linguagem cotidiana e sobre a ideia de que se pensa em termos de uma metáfora, Lakoff acabou por elaborar, em parceria com Johnson, sua teoria sobre as metáforas conceituais e seu papel na estruturação da linguagem, do pensamento, da percepção e das ações humanas. Uma metáfora conceitual, conforme Lakoff e Johnson (1999, p. 45), é o mecanismo cognitivo que permite ao ser humano usar seu domínio físico – sobretudo seu sistema sensorio-motor – para conceitualizar, pensar (raciocinar) e visualizar experiências subjetivas de desejo, afeição, intimidade e realização (*achievement*). Dito de outra forma, uma metáfora conceitual é o mecanismo cognitivo pelo qual o ser humano conceitualiza uma ideia (experiência subjetiva) em termos de contato com um objeto (experiência sensorio-motora. Mais: uma metáfora conceitual é uma metáfora tácita, subjacente, da qual derivaria um sem-número de expressões metafóricas. Assim, se da metáfora conceitual LOVE IS A JOURNEY (O AMOR É UMA JORNADA) derivariam expressões da linguagem cotidiana como “We are going in different directions” (“Nós estamos indo em direções diferentes”), “We have a crossroads in the relationship” (“Temos uma encruzilhada no relacionamento”) e “The marriage is off the track” (“O casamento saiu dos trilhos”), da metáfora conceitual ARGUMENT IS WAR (DISCUSSÃO É GUERRA), exemplificam Lakoff e Johnson (2003, p. 4), derivariam expressões como “Your claims are *indefensible*” (“Suas alegações são *indefensáveis*”), “He attacked *every weak point* in my argument” (“Ele atacou *cada ponto fraco* de meu argumento”), “His criticisms were *right on target*” (“Suas críticas foram *direto ao alvo*”), etc. Em todos esses casos, conforme a teoria de Lakoff e Johnson (2003), conceitualiza-se, pensa-se, visualiza-se uma experiência subjetiva (amar e participar de uma discussão, respectivamente) em termos de uma experiência concreta, física, sensorio-motora (alguém seguir um caminho; um trem que sai dos trilhos; uma flecha ou um projétil que atinge um alvo, etc., etc.).

Com base nessa teoria das metáforas conceituais e do papel delas na estruturação da linguagem, do pensamento, da percepção e das ações

humanas, Lakoff e Johnson desenvolveriam ainda sua teoria da “mente corpórea” (*embodied mind*). Segundo Lakoff e Johnson (1999, p. 16-17), os conceitos e a própria razão são corpóreos – quer dizer, são moldados pelos sistemas perceptual e sensorio-motor humanos. Dessa forma, os conceitos de cor, por exemplo, seriam moldados pela percepção humana das cores, assim como os conceitos espaço-relacionais – “o coração de nosso sistema conceitual” (1999, p. 30) –, como “em”, “sobre”, “atrás”, “em frente”, “através”, etc., seriam moldados pela percepção espaço-relacional humana dos objetos no mundo. Essa teoria da mente corpórea, enfatizam Lakoff e Johnson (1999, p. 3-8), desafia a visão tradicional, que segundo eles remontaria à Grécia Antiga e fundamentaria toda a ciência moderna, de que a razão é separada e independente daquilo que o ser humano faz com o corpo – sobretudo a percepção e o movimento corporal. Mais que isso: essa teoria da mente corpórea, conforme Lakoff e Johnson (1999, 2003), põe abaixo a concepção predominante na filosofia e na ciência ocidentais de que existe uma realidade objetiva acessível ao ser humano por meio da razão e de que a própria razão é não corpórea, universal e literal.

No novo “Afterword” publicado na edição de 2003 de *Metaphors we live by*, Lakoff e Johnson fazem um balanço da recepção de todas essas ideias e apontam quatro falácias que impediriam o entendimento da natureza do pensamento metafórico, bem como a sua profundidade: (1) a falácia de que a metáfora é uma questão de palavras, não de conceitos; (2) a falácia de que a metáfora é baseada em similaridade; (3) a falácia de que todos os conceitos são literais e que nenhum pode ser metafórico; (4) a falácia de que o pensamento racional não é moldado de forma alguma pela natureza de nossos cérebros e de nossos corpos (2003, p. 244). Essas supostas falácias, de acordo com Lakoff e Johnson (1999), na verdade remontam ao menos à filosofia de Aristóteles. Assim, os *insights* de Lakoff e Johnson sobre o papel das metáforas na cognição humana representariam uma grande revolução no pensamento ocidental. Não obstante, porém, a magnitude atribuída por Lakoff e Johnson às suas próprias ideias, só se pode percebê-las com tamanha relevância se se desconsiderar que uma série de autores, incluindo filósofos, psicólogos, linguistas e antropólogos, anteciparam os principais aspectos da concepção cognitiva das metáforas apresentada em *Metaphors we live by* – a começar por Aristóteles (cf., p. ex., JÄKEL, 1999; LEEZENBERG, 2001; NERLICH; CLARKE, 2000, 2001, 2007; SCHRÖDER, 2004,

2008, 2014, 2017; SINHA, 2007). Mas mais importante do que constatar a existência dos muitos precursores de Lakoff e Johnson é refutar a teoria de que as metáforas estruturam a linguagem, o pensamento, a percepção e as ações humanas – isto é, a teoria de que vivemos por metáforas.

Na abertura do novo “Afterword” mesmo, Lakoff e Johnson afirmam que nosso pensamento metafórico pode “determinar” (*determine*) questões de guerra e de paz, de política econômica, decisões legais e do dia a dia. Um ataque militar, exemplificam os autores, é um “estupro” (*rape*), “uma ameaça a nossa segurança” ou “a defesa de uma população contra o terrorismo”? E o seu casamento, prosseguem Lakoff e Johnson, é uma parceria, uma jornada juntos pela vida ou a união de duas pessoas constituindo uma terceira entidade? “A escolha entre essas formas comuns de conceitualizar o casamento pode determinar aquilo em que seu casamento se torna”, afirmam Lakoff e Johnson (2003, p. 243). “Diferenças metafóricas drásticas podem resultar em conflito marital.” Para fundamentar essa conclusão, Lakoff e Johnson (1999, p. 243-244) convidam o leitor a imaginar um casamento que é visto por um dos cônjuges como uma parceria e pelo outro como um “refúgio” (*haven*). Segundo Lakoff e Johnson, as responsabilidades de uma parceria podem estar em desacordo com o alívio de responsabilidades característico de um refúgio, o que abre a possibilidade de o casal vir a ter sérios desentendimentos. Realmente, o fato de os cônjuges terem visões diferentes sobre o que significa um relacionamento pode resultar em conflitos entre eles. No entanto, não parece plausível que a simples escolha entre formas de conceitualizar o casamento pode determinar aquilo em que o casamento se torna. Afinal, como certamente endossaria o ex-namorado da aluna de Lakoff, não é uma metáfora que pode determinar aquilo em que seu relacionamento se torna, e sim aquilo em que seu relacionamento se torna que determina a metáfora com a qual você o conceitualiza. Prova disso é que mesmo uma metáfora conjugal geralmente empregada em sentido positivo pode derivar uma metáfora negativa para expressar uma crítica à relação ou mesmo ao cônjuge. Um exemplo divertido desse fato é dado no filme *Whatever works* (no Brasil, *Tudo pode dar certo*), de Woody Allen. Depois de anos de desentendimento com a elitista e ambiciosa esposa, o protagonista da história, o misantropo e desapegado Boris Yelnikoff, diz a ela pouco

antes de se atirar pela janela: “Nosso casamento não tem sido um jardim de rosas. Botanicamente falando, você está mais para uma dioneia”.<sup>3</sup>

Igualmente cética quanto às alegações de Lakoff e Johnson sobre o papel das metáforas na percepção do que seja o casamento, a antropóloga Naomi Quinn (1987, 1991, 1996, 1997) vale-se de suas pesquisas com 11 casais norte-americanos para afirmar que o entendimento que se tem do casamento se baseia em um modelo cultural, não em metáforas (1987, p. 174), e que a visão que uma pessoa tem do próprio casamento e do cônjuge é que estrutura as metáforas com que ela fala da relação e/ou do parceiro ou parceira, e não o contrário (1987, p. 174-175). Na realidade, com base na análise de dezenas de horas de discurso das 22 pessoas com quem conversou em seus estudos sobre a percepção norte-americana do casamento, Quinn demonstra que as metáforas que seus entrevistados usaram fornecem pistas sobre o modelo cultural de casamento prevalecente em seu país (1987, p. 174). Mais precisamente, conforme a pesquisadora (1987, p. 179), a noção norte-americana de casamento pode ser resumida em oito metáforas conceituais – as quais ela chama de “proposições-esquemas”: MARRIAGE IS ENDURING (CASAMENTO É DURADOURO), MARRIAGE IS MUTUALLY BENEFICIAL (CASAMENTO É MUTUAMENTE BENÉFICO), MARRIAGE IS UNKNOWN AT THE OUTSET (CASAMENTO É INICIALMENTE DESCONHECIDO), MARRIAGE IS DIFFICULT (CASAMENTO É DIFÍCIL), MARRIAGE IS EFFORTFUL (CASAMENTO É ESFORÇO), MARRIAGE IS JOINT (CASAMENTO É COMPARTILHADO), MARRIAGE MAY SUCCEED OR FAIL (CASAMENTO PODE DAR CERTO OU ERRADO) e MARRIAGE IS RISKY (CASAMENTO É ARRISCADO). Para chegar a essa conclusão, Quinn (1987) mapeou as metáforas utilizadas por seus entrevistados para se referir ao casamento, em linha com o trabalho de Lakoff e Johnson sobre as metáforas conceituais. Assim, de descrições metafóricas do casamento como uma “unidade” (“unit”) ou um “par” (“pair”), como estar “juntos nisso” (“together in this”) ou de apresentá-lo como um “front unido” (“united front”), por exemplo, Quinn chegou à proposição-esquema MARRIAGE IS JOINT (CASAMENTO É COMPARTILHADO) (1987, p. 179-180). Diferentemente de Lakoff e Johnson (2003), porém, Quinn (1987, p. 189-191) não acredita que metáforas conceituais como essas oito

---

<sup>3</sup> A dioneia (Venus flytrap) é uma planta carnívora.

possam estruturar um modelo cultural do casamento. Muito pelo contrário, para Quinn (1987, 1991), um modelo cultural do casamento – ou do que quer que seja – é que estrutura as metáforas com as quais as pessoas se expressam.

Esta surpreendente descoberta de que as metáforas superficialmente variadas que as pessoas usam para falar sobre casamento são redutíveis a um número muito pequeno de classes sugere que a metáfora, longe de produzir entendimento, é na verdade altamente restringida pelo entendimento (QUINN, 1991, p. 66).

Adiante, Quinn (1991, p. 66) completa afirmando que em seu trabalho de 1987 havia postulado que as metáforas para casamento fazem sentido em termos de um modelo subjacente compartilhado por seus entrevistados, sendo que as oito classes de metáforas refletiam os elementos conceituais que juntos, e em interação, definiam esse modelo. Na verdade, em “The cultural basis of metaphor”, Quinn (1991) adota uma postura ainda mais combativa em relação à teoria das metáforas conceituais de Lakoff e Johnson do que em textos anteriormente publicados por ela. Nesse ensaio, Quinn não apenas defende que “o entendimento cultural subjaz o uso de metáforas” (1991, p. 56-57) como – um tanto exageradamente (cf., p. ex., LAKOFF; JOHNSON, 2003, cap. 5; LAKOFF, 1987, cap. 18) – critica linguistas e outros cientistas cognitivos que “negligenciam completamente” o papel organizacional da cultura no pensamento humano (p. 57). Seja como for, Quinn critica os autores de *Metaphors we live by* por inflarem o papel cognitivo das metáforas em detrimento da cultura (1991, p. 56-57 e p. 65). Contrária a essa atitude e baseando-se em suas pesquisas antropológicas sobre a visão norte-americana do casamento, Quinn (1991) insiste que as metáforas, em vez de constituir o entendimento, são selecionadas para se encaixar em um modelo preexistente e compartilhado culturalmente (p. 60). Sendo assim, conclui Quinn (p. 91), respaldada por seu trabalho empírico, um papel maior na constituição de nosso entendimento do mundo é desempenhado por nossos modelos culturais em comparação com nossas metáforas. Como reflexo disso, pondera Quinn (1997), no ensaio “Research on shared task solutions”, que as metáforas que as pessoas empregam para falar das características esperadas de um casamento refletem tais características, em vez de as fundamentarem, como acreditam Lakoff e Johnson. Como destaca Quinn (1997, p. 146),

Recorre-se a produtos manufaturados, coisas duráveis, possessões e jornadas repetidamente como fontes de metáforas para casamentos duradouros não porque eles constituem nosso entendimento de casamento, mas simplesmente porque eles são os maiores exemplares culturais, em nosso mundo, de coisas que tipicamente duram.

Tomando por referência os estudos antropológicos conduzidos por Quinn, bem como as conclusões a que ela chegou depois de anos de pesquisas, parece seguro afirmar que não são as metáforas que estruturam a linguagem, o pensamento, a percepção e as ações humanas, e sim o pensamento, a percepção e as ações humanas que estruturam as metáforas. Isto é, as metáforas não estruturam nenhum aspecto cognitivo humano, mas são uma forma de expressar o pensamento, a percepção e as ações humanas, entre tantas outras – linguísticas e não linguísticas. Com base nessa constatação, pode-se dizer que Lakoff e Johnson (2003), sem se apoiarem em qualquer evidência empírica, inverteram a ordem entre o pensamento e a expressão do pensamento com sua teoria das metáforas conceituais. Mais: considerando a alta produtividade das metáforas na linguagem humana, deduziram sem respaldo científico algum que “nós raciocinamos em termos de metáfora” (2003, p. 244); que “nós pensamos metaforicamente” (2003, p. 245); que “a metáfora estrutura o nosso pensamento” (2003, p. 249). Além disso, com base nessas premissas, Lakoff e Johnson concluíram que “as metáforas que usamos determinam boa parte de como vivemos as nossas vidas” (2003, p. 244). De fato, tomando como referência o conceito ARGUMENT IS WAR (DISCUSSÃO É GUERRA), por exemplo, Lakoff e Johnson (2003, p. 4) sustentam que muito do que é feito em uma discussão é parcialmente estruturado pelo conceito de guerra, havendo uma batalha verbal constituída de ataque, defesa, contra-ataque, etc. Assim, concluem os autores, o conceito metafórico ARGUMENT IS WAR estrutura nossas ações em uma discussão, sendo, portanto, uma metáfora pela qual vivemos em nossa cultura. A fim de reforçar essa conclusão, Lakoff e Johnson convidam o leitor a tentar imaginar uma cultura na qual discussões não são vistas em termos bélicos, não havendo vencedores e perdedores, nem o sentido de ataque e de defesa. Indo adiante, Lakoff e Johnson (2003, p. 5) convidam o leitor a imaginar uma cultura na qual uma discussão é vista como uma dança, os participantes como “artistas” (*performers*) e o objetivo é “realizar” (*to perform*) a atividade de uma



maneira balanceada e esteticamente agradável. De acordo com Lakoff e Johnson (2003, p. 5), nessa cultura as pessoas veriam e vivenciariam discussões de uma forma diferente da nossa, e nós provavelmente não interpretaríamos a atividade delas como uma discussão. À parte o fato de que Lakoff e Johnson não apresentam qualquer evidência empírica de que em culturas diferentes as pessoas veriam o ato de discutir de maneiras diferentes porque o conceitualizariam de maneiras diferentes, não parece arriscado dizer que é justamente o contrário que acontece: as pessoas de certa cultura veem e vivenciam discussões de uma maneira específica e, conseqüentemente, sua linguagem expressa essa maneira de ver e vivenciar as discussões – ou ao menos alguns de seus aspectos. Dessa forma, não seria o conceito metafórico que estruturaria como essas pessoas perceberiam uma discussão, como a pensariam e o que fariam em uma, e sim o modo como elas percebessem uma discussão, como a pensassem e o que fizessem em uma é que estruturaria suas expressões sobre essa atividade, inclusive as metafóricas.

Em “Argument is argument: an essay on conceptual metaphor and verbal dispute”, O antropólogo James Howe (2007) sustenta exatamente essa posição. Seguindo a linha argumentativa de Quinn e igualmente fundamentando suas afirmações em ampla análise discursiva, Howe (p. 2) defende que o uso do termo “argument” (“discussão”) por falantes nativos de inglês não depende de metáfora e que o entendimento dessa categoria só é, na melhor das hipóteses, parcialmente condicionado por metáfora. Em se tratando da metáfora ARGUMENT IS WAR (DISCUSSÃO É GUERRA), Howe (2007) sublinha que não é provada a alegação feita por Lakoff e Johnson de que o entendimento do que sejam conflitos verbais é baseado na experiência prévia de guerra e de violência física. Mais que isso: em oposição à ideia de que o entendimento do que seja uma discussão é dependente do conhecimento do que seja uma guerra, Howe (p. 6) endossa os argumentos apresentados por David Ritchie contra esse raciocínio. Com efeito, no influente artigo “ARGUMENT IS WAR – or is it a game of chess? Multiple meanings in the analysis of implicit metaphors”, Ritchie (2003) põe em xeque a concepção de Lakoff e Johnson de que as “metáforas pelas quais vivemos” se originam de nossas experiências físicas e sociais ponderando, por exemplo:

Dado o pequeno número de pessoas nos Estados Unidos que experienciaram a guerra diretamente, não é fácil ver como “DISCUSSÃO É GUERRA” pode ser baseado na experiência

física ou social direta (...). Por outro lado, muitas das outras atividades desse grupo de conceitos inter-relacionados são baseados em experiência física e social direta e assim são diretamente disponíveis para o entendimento metafórico de discussão – e de guerra. Desde muito novas, as crianças se envolvem em disputas acaloradas que levam a violência verbal e ocasionalmente física. Elas se envolvem em contendas e jogos competitivos, e em contendas de desejo com irmãos, colegas, parentes e outros adultos. Apesar de ser duvidoso que as crianças tenham um conceito realista de “guerra” antes da adolescência (se é que o têm nessa fase), elas certamente têm esquemas bem desenvolvidos para jogos, disputas e brigas físicas e verbais (RITCHIE, 2003, p. 132).

Ainda que sem citar Ritchie, Lakoff e Johnson (2003) admitem no novo “Afterword” da edição de 2003 de *Metaphors we live by* que é correta a observação de que “a maioria das pessoas aprende sobre discussão antes de aprender sobre guerra” (p. 265). Por conta disso, Lakoff e Johnson (2003) substituem a metáfora ARGUMENT IS WAR (DISCUSSÃO É GUERRA) pela metáfora ARGUMENT IS STRUGGLE (DISCUSSÃO É CONFLITO). Mas não convencido da validade dessa mera alteração, Howe mantém-se cético quanto ao suposto poder estruturante das metáforas na cognição humana. “Há razões fortes para acreditar que não podemos entender ou identificar o conceito em seus próprios termos sem recorrer a transferências metafóricas ou que o combate físico é experienciado antes ou de forma mais básica do que discordância verbal?”, questiona Howe (2007, p. 7). “A evidência sugere que não” (2007, p. 7), prontamente responde. Realmente, como argumenta Howe (2007) seguindo Ritchie, falantes de inglês têm desde a infância muitas experiências de discordância, contestações e conflitos verbais com pais, amigos, colegas de escola, etc., etc. e todas elas são tão importantes quanto experiências de violência ou coação física. Não por acaso, prossegue Howe (2007), falantes de inglês podem decidir imediatamente se uma interação se qualifica como uma discussão ou se uma troca amigável de palavras se transforma em uma discussão valendo-se tão somente de critérios específicos a uma interação verbal. Assim, conclui Howe (2007, p. 9) em consonância com Quinn e com Ritchie, “americanos sem dúvida alguma usam metáforas de guerra, entre outras, para caracterizar ou analisar discussões (...), mas eles não precisam de metáfora para reconhecer uma discussão quando ouvem uma”.

Quanto à “fantasia” (p. 10) construída por Lakoff e Johnson (2003) de que numa cultura em que uma discussão fosse vista como uma dança as pessoas veriam e vivenciariam discussões de uma forma diferente da nossa, Howe é taxativo: “A noção de que outra cultura poderia metaforizar discussão como dança é falaciosa e, na verdade, oximorônica” (2007, p. 2). Para respaldar essa afirmação, Howe apoia-se em seu extenso trabalho com os kunas do Panamá. De acordo com Howe (2007, p. 13), apesar de o povo Kuna não ter uma palavra equivalente à inglesa “argument” (“discussão”), sua língua é plena de termos que designam formas de discurso público que falantes de inglês reconheceriam como argumentativas e/ou baseadas em “argumentação” (*argumentation*). Os kunas, esclarece Howe, possuem um lugar para debates que designam de *onmakennega* – que ele traduz como “gathering house” (“casa/câmara de reunião”). Lá, eles debatem muitas noites por semana as questões relativas à comunidade. Conforme Howe, a maioria dos termos que os kunas usam para os discursos que se dão nesse ambiente se baseiam na palavra polissêmica *igar*, *igal*, *igala*, cuja raiz significa “path” (“trilha”) ou “way” (“caminho”). Em várias expressões, detalha Howe, *igar* tem o sentido de “case, issue, matter, point of discussion” (“caso, questão, assunto, ponto de discussão”), como em *igar dummad/igar bibigwa* (“major/minor issue”, ou “assunto maior/menor”), *igar dargwen* (“problem”, ou “problema”) e *igal abalusad* (“messed up, bad case”, ou “bagunçado, caso ruim”). Em outro grupo semântico, porém, completa Howe, *igar* tem o sentido de “way, law, norm, precedent, decision, correct thinking” (“caminho, lei, norma, precedente, decisão, pensamento correto”), como em *igal amie* (“find a way, decide or resolve something”, ou “achar um caminho, decidir ou resolver algo”), *igar maye* (“clear a trail, initiate understanding, set a precedent or norm”, ou “abrir uma trilha, iniciar entendimento, estabelecer um precedente ou norma”) e *igar mai* (“the way lies, a norm, law, or precedent exists”, ou “o caminho assentado, uma norma, lei ou existe precedente”). Todas essas expressões baseadas em *igar* caracterizam as atividades discursivas dos kunas em termos amplamente positivos e benignos, ou ao menos neutros, destaca Howe. Assim, se Lakoff e Johnson (2003) tivessem razão, adverte, as discussões entre os kunas seriam leves e delicadas, o que nem sempre acontece. Tendo presenciado centenas de vezes as reuniões dos kunas, Howe garante que o tom da discussão entre eles varia bastante, passando da conversa amigável e rotineira a embates ferozes e intransigentes –

assim como acontece entre norte-americanos. Levando isso em conta, Howe conclui sem meias palavras:

A noção [de Lakoff e Johnson] de uma cultura verdadeiramente boa na qual as pessoas discutem como dançarinos segue uma longa tradição de romantização utópica do *Outro* – significando o maravilhosamente igualitário, não exploratório, intocado e imaculado Alter, cujas virtudes expõem os limites e vícios de nosso próprio pensamento e conduta (2007, p. 15-16).

Não obstante o vigor dessas críticas de Howe (2007) a suas ideias, Lakoff e Johnson nem sequer se deram ao trabalho de rebatê-las – como tampouco responderam às objeções levantadas por Quinn à teoria das metáforas conceituais, tendo cabido a alguns de seus adeptos reafirmar suas premissas diante dos ataques dessa autora (e.g. GIBBS Jr., 1994, 1999; KÖVECSES, 1999, 2005, 2017). De qualquer maneira, o fato é que estudos antropológicos como os de Quinn (1987, 1991, 1996, 1997) e os de Howe (2007) apresentam sérios problemas relacionados à concepção de que as metáforas estruturam a linguagem, o pensamento, a percepção e as ações humanas. Com isso, parece certo dizer que Lakoff e Johnson (2003) superestimaram – e muito – o poder cognitivo das metáforas.

Reforçando a ideia de que pensamos metaforicamente e de que as metáforas que usamos determinam boa parte de como vivemos as nossas vidas, Lakoff e Johnson (2003, p. 51) também afirmam que ao usarmos expressões metafóricas como “The odds are against us” (“As chances estão contra nós”) e “We’ll have to take our chances” (“Vamos ter de arriscar a sorte”) nosso jeito de falar, conceber e vivenciar as respectivas situações são estruturados metaforicamente. Além disso, Lakoff e Johnson (2003, p. 55) argumentam que expressões como “wasting time” (“perdendo tempo”), “attacking positions” (“atacando posições”) e “going our separate ways” (“irmos em caminhos separados”) são reflexos de conceitos metafóricos que estruturam nossas ações e nossos pensamentos. Adiante, levando ao extremo essa teoria, Lakoff e Johnson declaram:

Muitas de nossas atividades (discutir, resolver problemas, administrar o tempo, etc.) são metafóricas por natureza. Os conceitos metafóricos que caracterizam essas atividades estruturam nossa realidade presente. Novas metáforas têm o poder de criar uma nova realidade (2003, p. 145).

Convencidos de que uma nova realidade pode ser criada a partir de novas metáforas, Lakoff e Johnson (2003, p. 156) afirmam que uma metáfora pode guiar uma ação futura, resultando assim em profecias que se autorrealizam. Com base nesse entendimento, Lakoff passaria a defender ao longo dos anos seguintes à publicação de *Metaphors we live by* que as metáforas têm o poder de transformar a própria sociedade. No livro *Moral politics: what conservatives know that liberals don't*, por exemplo, Lakoff (1996) apresenta a ideia de que o conservadorismo norte-americano, de um lado, é baseado em um modelo de pai rigoroso, enquanto o liberalismo, de outro, é baseado em um modelo de pai provedor. “Esses dois modelos de família dão origem a sistemas morais diferentes e formas de discurso diferentes, isto é, escolhas diferentes de palavras e diferentes modos de raciocinar”, argumenta Lakoff (1996, p. 12). Por conta disso, prossegue Lakoff, esses dois modelos de família determinam a maneira como conservadores (base do eleitorado republicano) e liberais (base do eleitorado democrata) veem questões como programas sociais, impostos, controle de armas e o meio ambiente. A ideia é que, devido a suas respectivas metáforas conceituais de um pai rigoroso e de um pai provedor, conservadores e liberais teriam percepções diferentes da realidade. Com isso, exemplifica Lakoff, conservadores julgam imorais redes de proteção social porque elas vão contra a autodisciplina e a responsabilidade, enquanto liberais consideram imoral o corte de impostos para a área da saúde porque isso ajuda pessoas que não precisam de ajuda e prejudica pessoas de que dela necessitam. Mais uma vez, no entanto, ao que parece Lakoff inverteu a ordem entre causa e efeito. Afinal, como atestariam Quinn, Howe e Ritchie, não é que o modelo de pai rigoroso determine a maneira como os conservadores veem questões de moralidade e de políticas públicas, ou que o modelo de pai provedor determine as posições assumidas pelos liberais, mas são as convicções morais e ideológicas de conservadores e de liberais que os levam a se identificar com o primeiro e o segundo modelo de família, respectivamente. Assim, não é que essas metáforas constituam ou estruturam o pensamento e as percepções políticas e morais do eleitorado americano; essas metáforas são uma forma de expressão do pensamento e das percepções políticas e morais desse eleitorado, entre tantas outras – linguísticas e não linguísticas.

Em linha com essa interpretação, o escritor americano William Saletan ressalta em resenha ao livro de Lakoff *Whose freedom?: the*

*battle over America's most important idea*, publicado em 2006, que os eleitores americanos são totalmente capazes de julgar se o modo como os políticos usam certas palavras e expressões para referir-se a fatos e a eventos históricos é adequado ou não. Por isso, observa Saletan (2008), eles não poderiam ser manipulados tão facilmente como acredita Lakoff (2006), que basicamente afirma nessa obra que o Partido Republicano mantém o poder político nos Estados Unidos, naqueles anos de governo de George W. Bush, controlando a mente das pessoas pela maneira como emoldurava/enquadrava a realidade. Ao declarar “guerra ao terrorismo” (*war on terror*), por exemplo, argumenta Lakoff (2006, p. 11), o presidente Bush conseguiu uma ampla margem de manobra militar e política por ter nomeado um inimigo elusivo e amorfo. Além disso, sublinha Lakoff (2006, p. 3-9), ao sequestrar o uso da palavra “liberdade” para justificar seus atos políticos, Bush colocou-se em uma posição difícil de atacar, já que atacá-lo seria como atacar o próprio valor supremo da nação americana. Saletan, no entanto, não se deixou convencer pelo que chamou de “neuroliberalismo” (*neuroliberalism*) de Lakoff, cujo objetivo ao escrever *Whose freedom?* (2006), assim como *Don't think of an elephant!* (2004) e *The political mind* (2008b), era ajudar os democratas a vencer os republicanos na corrida eleitoral seguinte, mudando sua maneira de emoldurar/enquadrar os fatos. “É difícil levar tudo isso a sério se você conhece quaisquer conservadores”, afirma Saletan (2008), “assim como é difícil levar a sério o neurodeterminismo de Lakoff se você conhece alguma ciência.” Para Saletan, a proposta de Lakoff de “reprogramar” a cabeça das pessoas alterando o modo de falar sobre a realidade subestima a inteligência alheia, além de não ser democrática nem cientificamente comprovada. E Saletan não é o primeiro a questionar a validade científica das teorias de Lakoff, que a despeito das evidências em contrário segue afirmando-as e reafirmando-as sem responder de forma consistente a seus muitos críticos, seja no campo político (e.g. LAKOFF; WEHLING, 2012), seja no campo neurolinguístico (e.g. LAKOFF, 2008a, 2012, 2016).

### 3 Dogmatismo empírico

No ensaio “The cognitive linguistics enterprise: an overview”, que abre a coletânea *The cognitive linguistics reader*, Vyvyan Evans, Benjamin K. Bergen e Jörg Zinken (2007b) admitem que a linguística

cognitiva vem sendo criticada desde os seus primeiros anos devido à percepção de que falta a ela rigor empírico (p. 28). Corroborando essa avaliação, muitos dos mais influentes teóricos cognitivistas da atualidade não apenas reconhecem essa falha como vêm defendendo maior rigor empírico nas pesquisas realizadas nesse campo (e.g. BERGEN, 2007; GIBBS Jr., 2007). Em certo sentido antecipando-se a essa discussão, Lakoff já havia declarado no artigo “The invariance hypothesis: is abstract reason based on image-schemas?”, de 1990, que a linguística cognitiva deve ser fiel a descobertas empíricas sobre a mente/cérebro (p. 39) e que o cognitivismo tem o compromisso de fazer considerações sobre a linguagem de acordo com o que se sabe a respeito da mente e do cérebro (p. 40). Dando prosseguimento a essa linha argumentativa, Lakoff e Johnson (1999) ponderam, no livro *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western thought*, que a obra trata primordialmente do conflito entre filosofias *a priori* e descobertas empíricas na ciência cognitiva (p. 496). No “Afterword” da edição de 2003 de *Metaphors we live by*, Lakoff e Johnson reafirmam essa postura e observam, com toda a razão, que as questões relativas à natureza da significação, à conceitualização, ao raciocínio e à linguagem demandam estudo empírico, não podendo ser adequadamente respondidas pelo pensamento filosófico *a priori* (p. 246). Na mesma toada, Lakoff e Johnson (2003, p. 244 e 272) ressaltam que pesquisas empíricas recentes sustentam ou mesmo aprofundam as ideias centrais relativas às metáforas publicadas em *Metaphors we live by*, quais sejam:

- Metáforas são fundamentalmente conceituais por natureza; linguagem metafórica é secundária.
- Metáforas conceituais são baseadas em experiência cotidiana.
- Pensamento abstrato é em grande parte metafórico, ainda que não inteiramente.
- Pensamento metafórico é inevitável, ubíquo e, em grande parte, inconsciente.
- Conceitos abstratos têm um núcleo literal, mas são estendidos por metáforas, frequentemente por metáforas mutuamente inconsistentes.
- Conceitos abstratos não são completos sem metáforas. Por exemplo, o amor não é amor sem metáforas de magia, atração, loucura, união, estímulo e assim por diante.

– Nossos sistemas conceituais não são consistentes em geral, já que as metáforas usadas para raciocinar sobre conceitos podem ser inconsistentes.

– Nós vivemos nossas vidas com base em inferências que fazemos via metáfora (2003, p. 272-273).

No entanto, em prejuízo ao discurso adotado por Lakoff e Johnson (2003), a comunidade científica de modo geral não endossa as “evidências empíricas” que ambos afirmam sustentar ou aprofundar sua teoria das metáforas conceituais. O físico e estatístico Cosma Shalizi (2003), por exemplo, afirma no texto “Analogy and metaphor” que o trabalho de Lakoff é “profundamente, puramente especulativo” e que seu jeito de escrever é “muito dogmático (e.g. ele frequentemente escreve ‘a ciência cognitiva mostrou que’ quando o que ele quer dizer é ‘como eu frequentemente aleguei e muitos outros negaram veementemente’)”. Igualmente crítico da obra de Lakoff, Pinker (2006) enfatiza em sua resenha de *Whose freedom?*, intitulada “Block that metaphor!”, que o uso que Lakoff faz da neurociência cognitiva extrapola qualquer consenso nesse campo e que suas posições não se justificam nem pela ciência cognitiva, nem pela ciência do cérebro. Ademais, reiterando a crítica feita por Jackendoff e David Aaron (1991, p. 321-322) e pelo filósofo Michiel Leezenberg (2001, p. 136-137) de que Lakoff e seus coautores raramente atribuem ideias e doutrinas específicas a autores específicos, Pinker afirma que o livro de Lakoff não tem notas de rodapé ou referências, mas apenas uma lista genérica de leituras, nem cita estudos de ciência política ou de economia, mal mencionando a própria linguística. Em vista dessas limitações, não parece injusto dizer que a obra de Lakoff e Johnson é dotada do que se poderia chamar de “dogmatismo empírico”.

Essa expressão, claro, remete à observação feita por Shalizi (2003) de que Lakoff escreve de modo dogmático e repetidamente afirma que a ciência cognitiva fez descobertas que corroborariam suas ideias, quando, na verdade, essas supostas descobertas não são reconhecidas por grande parte da comunidade científica. Exemplificando essa situação, logo na abertura de *Philosophy in the flesh*, Lakoff e Johnson sentenciam:

A mente é inerentemente corpórea.

O pensamento é em larga medida inconsciente.

Conceitos abstratos são em grande parte metafóricos.



Essas são três grandes descobertas da ciência cognitiva. Mais de dois milênios de especulação filosófica *a priori* sobre esses aspectos da razão estão encerrados. Devido a essas descobertas, a filosofia não pode nunca mais ser a mesma.

Quando tomadas juntas e consideradas em detalhe, essas três descobertas da ciência da mente não são coerentes com partes centrais da filosofia ocidental (1999, p. 3).

O fato de boa parte do pensamento ser inconsciente é realmente uma grande descoberta da ciência cognitiva das últimas décadas – e se deveu em boa medida à gramática gerativa, não à linguística cognitiva (cf., p. ex., GARDNER, 2003; HARRIS, 1993; NEWMEYER, 1996; PINKER, 2002). Contudo, as “descobertas” de que a mente é inerentemente corpórea e de que conceitos abstratos são em grande parte metafóricos são, na verdade, declarações que vêm sendo feitas dogmaticamente por Lakoff e Johnson há décadas, sem embasamento empírico e sem respaldo da academia. Leezenberg (2001, p. 140-141 e 145), por exemplo, questiona a afirmação de Lakoff e Johnson de que a metáfora conceitual é logicamente anterior à metáfora linguística, tese para a qual nunca apresentaram qualquer evidência empírica. Em acordo com Leezenberg, Pinker (2008, p. 286-288) destaca que estudos realizados pelos psicólogos Boaz Keysar, Yeshayahu Shen, Sam Glucksberg e William S Horton (2000) demonstraram que as pessoas entendem metáforas convencionais (“Nós estamos indo em direções diferentes”, “Temos uma encruzilhada no relacionamento”, “O casamento saiu dos trilhos”, etc.) independentemente de uma pretensa metáfora conceitual (O AMOR É UMA JORNADA) subjacente a elas. Com base nessa constatação empírica, Pinker critica a alegação de que os conceitos abstratos são em grande parte metafóricos. Isso porque, observa Pinker (2008, p. 287), as pessoas podem ignorar e questionar as metáforas, bem como perceber quais aspectos delas se aplicam e quais são descartáveis a certas situações. “(...) as pessoas não poderiam analisar as metáforas se não dominassem um meio de pensamento subjacente que seja mais abstrato que as próprias metáforas”, argumenta Pinker (2008, p. 288).

Quando se raciocina sobre um relacionamento, não tem problema ruminar em cima do equivalente metafórico do destino comum, da velocidade com que se avança para ele e dos obstáculos pelo caminho. Mas a pessoa ficaria perdida se começasse a questionar se tem tempo para fazer as malas ou onde fica o próximo posto de gasolina.

A teoria dos filtros duplos do linguista e psicólogo alemão Karl Bühler talvez ajude a deixar mais clara a posição de Pinker. Partindo da constatação de que uma analogia, uma metáfora, nada mais é do que a superposição de características reais e/ou de características imaginárias entre conceitos ou ideias, Bühler (1950, p. 392-395) frisa que pela analogia, pela metáfora, é estabelecida alguma relação de semelhança entre o plano real e/ou o plano imaginário de um conceito ou de uma ideia e o plano real e/ou o plano imaginário de outro conceito ou outra ideia. Nesse processo, afirma Bühler, as características dos conceitos ou ideias superpostas são filtradas, ou seja, nem todas as características dos respectivos conceitos ou ideias superpostas são consideradas. Ao superpor o conceito de homem ao conceito de leão, por exemplo, na velha metáfora de dizer que algum homem é um leão, a característica do homem de ser bípede e a característica do leão de ter juba, entre tantas outras, são desconsideradas, já que as características “leoninas” do homem realçadas nessa analogia são a força, a coragem, a virilidade, etc., etc. Dado que há um filtro para cada um dos conceitos ou ideias superpostas, Bühler refere-se a eles como filtros duplos. Algo como esses filtros duplos corresponde àquilo que Pinker chama de “um meio de pensamento subjacente que seja mais abstrato que as próprias metáforas”. Sem esse meio de pensamento, constatam Bühler e Pinker, as pessoas não poderiam analisar as metáforas, livrando-se das partes irrelevantes – quer dizer, filtrando as características dos conceitos ou ideias superpostas.

Considerando-se, portanto, que as pessoas podem analisar as metáforas, deduz-se que elas tenham uma capacidade cognitiva anterior às próprias metáforas. Tendo em vista a anterioridade dessa capacidade cognitiva, desse meio de pensamento, em relação às metáforas, fica comprometida a afirmação de Lakoff e Johnson de que conceitos abstratos são em grande parte metafóricos, assim como a concepção de que as metáforas estruturam o pensamento humano. Apoia essa conclusão a descoberta do neurocientista David Kemmerer (2005), citada por Pinker (2008, p. 288-289), de que certos pacientes com lesões cerebrais podem perder a capacidade de entender preposições que expressam noções espaciais, como “Ela está em um canto” e “Ela correu pela floresta”, mas não podem perder a capacidade de entender preposições que expressam noções temporais, como “Ela chegou à 1h30” e “Ela trabalhou por toda a noite”. E o inverso também se verifica, conforme Kemmerer – ou seja, existem pacientes que perderam a capacidade de entender preposições

que expressam noções temporais, mas não a capacidade de entender preposições que expressam noções espaciais. Com isso, pondera Pinker (2008, p. 289), fica enfraquecida a hipótese de que a metáfora conceitual TEMPO É ESPAÇO pressupõe a ideia de que a noção de tempo esteja literalmente instalada no território neural usado pela noção de espaço, o que igualmente debilita as afirmações de Lakoff e Johnson sobre o papel das metáforas na cognição humana.

A despeito da robustez desses questionamentos de Leezenberg (2001) e de Pinker (2006, 2008) à sua teoria das metáforas conceituais e da contundência das evidências empíricas apresentadas por Keysar *et al.* (2000) e por Kemmerer (2005) contra suas posições a respeito da linguagem e da mente/cérebro humano, Lakoff e Johnson seguem afirmando-as sem terem de fato respondido a seus críticos. Pelo contrário, Lakoff e Johnson (e.g. 2003, p. 245-246) limitam-se a descartar as objeções levantadas por seus opositores, dizendo que eles não conseguem reconhecer a validade e a importância de suas descobertas por estarem profundamente comprometidos com a visão tradicional de verdade, objetividade e razão desincorporada, que, segundo eles, remontaria à Grécia Antiga e fundamentaria toda a ciência moderna. Nesse processo, Lakoff e Johnson “distorcem seriamente as perspectivas que eles criticam com numerosos erros de natureza bem elementar” (LEEZENBERG, 2001, p. 137), o que leva à falsa impressão de que suas ideias são revolucionárias. A “tradição objetivista” que eles atacam, exemplifica Leezenberg (2001), simplesmente não existe. Com efeito, a fim de legitimar sua teoria da mente corpórea em detrimento daquilo que alegam ser a “tradição objetivista” – quer dizer, a pretensa concepção predominante na filosofia e na ciência ocidentais de que existe uma realidade objetiva acessível ao ser humano por meio da razão e de que a própria razão é não corpórea, universal e literal –, Lakoff e Johnson desconsideram ou mesmo deturpam páginas inteiras da história do pensamento ocidental.

Conforme Lakoff e Johnson (2003, p. 195), “o mito do objetivismo na filosofia e linguística ocidentais” remonta aos pré-socráticos e é dominante na cultura ocidental até hoje. De acordo com os autores (2003), “a visão de que nós temos acesso a verdades absolutas e incondicionais é a pedra angular da tradição filosófica ocidental” e perpassa tanto a escola racionalista como a empirista, além de fundamentar a obra de pensadores tão diversos quanto Kant, Frege, Husserl, os positivistas lógicos do

Círculo de Viena e, claro, Chomsky. Não é difícil, porém, encontrar declarações desses mesmos autores (e de outros tantos) contrárias a algo como o “objetivismo” tal qual descrito por Lakoff e Johnson. O pai do racionalismo, René Descartes, por exemplo, abre *O mundo ou Tratado da luz* ressaltando a diferença existente entre os “sentimentos” humanos (i.e., as sensações humanas) e as coisas que os produzem:

Propondo-me a tratar aqui da luz, a primeira coisa da qual quero vos advertir é que pode haver diferença entre o sentimento que dela temos, isto é, a ideia que dela se forma em nossa imaginação por intermédio de nossos olhos, e o que nos objetos há que produz em nós esse sentimento, isto é, o que há na flama ou no Sol que se chama pelo nome de “luz”. Pois, embora cada um comumente se persuada de que as ideias que temos em nosso pensamento sejam inteiramente semelhantes aos objetos dos quais procedem, não vejo, contudo, razão alguma que nos assegure de que assim o seja (...) (2009, p. 15).

Em acordo com Descartes, o empirista inglês John Locke (2012, p. 132) afirma que as cores não existem propriamente nos objetos e dependem de quem os percebe. “(...) cor é uma propriedade interacional de objetos, o que Locke chamou de ‘qualidade secundária’ que não existe no objeto em si”, observam Lakoff e Johnson (1999, p. 25), contrariando sua própria construção do “mito do objetivismo”. De fato, Locke frisa em seu *Ensaio sobre o entendimento humano* que nós não temos nem poderíamos ter acesso a verdades absolutas e incondicionais porque nosso conhecimento das coisas é necessariamente mediado por “nossos sentidos, faculdades e órgãos” (2012, p. 312). Assim, pondera Locke,

(...) não parece da intenção de Deus termos um conhecimento perfeito, claro e adequado das coisas, que provavelmente não cabe à compreensão de nenhum ser finito. As faculdades que nos foram dadas, obtusas e fracas, descobrem o suficiente nas criaturas para nos conduzirem ao conhecimento do criador e de nosso dever: nossas habilidades predispõem ao provimento das conveniências da vida. (...) Fossem nossos sentidos alterados, ganhassem mais perspicácia e acuidade, a aparência ou esquema externo das coisas se mostraria com outra face, que, sou dado a pensar, seria inconsistente com nossa existência ou ao menos com nosso bem-estar nesta parte que habitamos do universo (2012, p. 312-313).

Retomando pontos da argumentação tanto de racionalistas como Descartes quanto de empiristas como Locke, Immanuel Kant (2013) expõe com clareza na *Crítica da razão pura* sua posição de que o conhecimento humano deriva da sensibilidade humana – isto é, da percepção humana do mundo – e, por causa disso, o homem nunca terá acesso a verdades absolutas e incondicionais:

Nós procuramos dizer (...) que toda a nossa intuição não é senão a representação dos fenômenos; que as coisas que intuímos não são em si mesmas tal como as intuímos, nem as suas relações constituídas em si mesmas tal como nos aparecem; e que, se suprimíssemos o nosso sujeito, ou simplesmente a constituição subjetiva dos sentidos em geral, toda a constituição, todas as relações dos objetos no espaço e no tempo, e mesmo o espaço e o tempo desapareceriam, não podendo, como fenômenos, existir em si mesmos, mas apenas em nós. O que poderiam ser os objetos em si mesmos, apartados de toda essa receptividade de nossa sensibilidade, permanece inteiramente desconhecido para nós. Nós conhecemos apenas o nosso modo de percebê-los, que nos é próprio e que, embora presente em todo homem, não tem de sê-lo em todo ser (2013, p. 59-60).

Longe, portanto, de ser um adepto do “objetivismo” de Lakoff e Johnson, Kant (2013), na realidade, é um de seus maiores críticos. Consciente disso, e familiar ao papel exercido por Kant como um dos precursores daquilo que Lakoff e Johnson (1999, p. 97) vieram a chamar de “realismo incorporado” (*embodied realism*), Tim Rohrer (2007, p. 26) afirma com precisão que “uma das perguntas mais centrais que a linguística cognitiva faz (...) tem uma certa aura kantiana: como o próprio aparato corpóreo molda nossa conceitualização e categorização linguística?”. Igualmente dotada de uma certa aura kantiana, a obra de Edmund Husserl tampouco é “objetivista”. Sustenta essa afirmação, por exemplo, o fato de que Husserl sublinha na *Crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental* que

Kant está seguro de que a sua filosofia viria derrubar o racionalismo dominante pela demonstração da insuficiência dos fundamentos deste racionalismo. Censura-lhe, com razão, a omissão de questões que, segundo Kant, devem ser as fundamentais. Censura-lhe, nomeadamente, o fato de não aprofundar jamais a estrutura subjetiva da nossa consciência do mundo antes do e em meio ao conhecimento científico e, em consequência, de jamais questionar como o mundo que, sem mais nos aparece, como homens e como

cientistas, nos vem a ser cognoscível *a priori*; ou seja, o fato de não questionar como é possível a ciência exata da natureza, para a qual a matemática pura e o restante *a priori* puro é, incondicionalmente e para todo o ser racional (todo aquele que pensa racionalmente), o instrumento de todo o conhecimento objetivo válido (2012, p. 83).

Indiferente, porém, a todas essas declarações de Descartes, Locke, Kant e Husserl, que poderiam ser facilmente multiplicadas, Johnson reitera seu ataque ao “objetivismo” argumentando que, de acordo com essa concepção epistemológica, “o mundo consiste em objetos que têm propriedades e estão em várias relações independentemente do entendimento humano” (JOHNSON, 1987, p. x). Na visão objetivista, prossegue Johnson (1987, p. x), “o mundo é como ele é, a despeito do que qualquer pessoa acredita sobre ele, e há um ‘olhar divino’ correto sobre como o mundo é realmente”. Indo adiante em sua explicação do que seria o objetivismo, Johnson (1987, p. x), assim como Lakoff (1987, p. xii-xiii), afirma ainda que, para os seus partidários, a língua é constituída de símbolos arbitrários que ganham significado dada a sua correspondência com as coisas no mundo, sendo o pensamento racional tido como a manipulação de tais símbolos, sem a influência do corpo humano. Para sintetizar sua ideia do que seja tanto o “objetivismo” como a “semântica objetivista” (JOHNSON, 1987, p. xi), Johnson elege a filosofia da linguagem de Frege como “a visão objetivista do significado em sua forma mais pura” (1987, p. xxxi). Contudo, a fim de corroborar sua avaliação do intrincado pensamento de Frege, Johnson (1987, p. xxx-xxxii) tão somente apresenta uma breve análise do famoso artigo “Sobre o sentido e a referência”, em que Frege distingue o sentido de um nome (i.e., o modo de apresentação daquilo que ele denota) da sua referência (i.e., aquilo que ele denota no mundo). Uma leitura mais cuidadosa dos textos de Frege, no entanto, permite atestar que esse autor nunca partilhou de algo parecido com a “semântica objetivista” de que fala Johnson. No prefácio do *Begriffsschrift (Conceitografia)*, por exemplo, obra de 1879 em que primeiro publicou os resultados de sua busca por uma linguagem lógica perfeita (isto é, sem as ambiguidades, vagezas, redundâncias, etc., etc. próprias à linguagem ordinária), Frege (2009) não apenas afirma que sua linguagem é bastante diferente da que se usa na vida cotidiana, como ressalta que ela não teria qualquer utilidade prática:

Creio que a melhor maneira de elucidar a relação que se dá entre minha conceitografia e a linguagem corrente seria compará-la com a relação que ocorre entre o microscópio e o olho. Este último, pela extensão de sua aplicabilidade e pela versatilidade de sua adaptação às mais diversas circunstâncias, é em muito superior ao microscópio. Contudo, como um instrumento óptico, o olho possui, por certo, muitos inconvenientes, que passam comumente despercebidos por força de seu estreito relacionamento com a nossa vida mental. De fato, se um objetivo científico exigir grande acuidade de resolução, o olho se mostra insuficiente. Por outro lado, o microscópio se afigura perfeitamente adequado para tais fins, embora seja por isso mesmo inadequado para outros. De modo similar, minha conceitografia foi concebida como um instrumento para servir a determinados fins científicos, e não deve ser descartada pelo fato de não servir para outras finalidades (2009, p. 46).

Assim, estando seguro de que “não se pode confiar na linguagem no que tange a problemas lógicos” e que “não é a menor das tarefas do lógico indicar que ciladas a linguagem prepara ao pensador” (FREGE, 2002, p. 53), Frege investigou a linguagem ordinária com a expressa finalidade de elaborar sua conceitografia, com a qual pretendia descrever a aritmética. Nunca, porém, afirmou que a linguagem ordinária é constituída de símbolos arbitrários que ganham significado dada a sua correspondência com as coisas no mundo, sendo o pensamento racional a manipulação de tais símbolos.

Outros lógicos igualmente interessados em construir uma linguagem lógica perfeita tampouco abraçaram a “semântica objetivista” de Johnson, muito menos defenderam a ideia de que a língua é constituída de símbolos arbitrários que ganham significado dada a sua correspondência com as coisas no mundo, sendo o pensamento racional a manipulação de tais símbolos. Em relação especificamente à linguagem lógica, esclarece Bertrand Russell, por exemplo, que ao lado de Frege foi um dos fundadores do logicismo – isto é, o projeto de reduzir a matemática, ou partes dela, à lógica: “Se estamos empenhados num trabalho de análise lógica, precisamos de uma linguagem bastante diferente da que usamos na vida diária, mas precisamos dela apenas para tal propósito” (RUSSELL, 1960, p. 200). Logo na introdução de *Principia mathematica*, obra em três volumes escrita por Russell e Alfred North Whitehead e publicada entre 1910 e 1913, esse ponto é explicitado em detalhes:

A estrutura gramatical da linguagem é adaptada a uma grande variedade de usos. Assim, ela não tem nenhuma simplicidade única ao representar os poucos simples, mas altamente abstratos, processos e ideias decorrentes dos encadeamentos de raciocínios dedutivos empregados aqui. Na verdade, a própria simplicidade abstrata das ideias deste trabalho invalida a linguagem. A linguagem pode representar mais facilmente ideias complexas. A proposição “uma baleia é grande” representa a linguagem em sua melhor medida possível, dando expressão concisa a um fato complicado; enquanto a análise verdadeira de “um é um número” nos conduz na linguagem a uma prolixidade intolerável. Assim, obtém-se concisão pelo uso de um simbolismo especialmente destinado a representar as ideias e os processos de dedução que ocorrem nesta obra (1950, I, p. 2).

Décadas depois da publicação de *Principia mathematica*, Russell reforçaria: “Achava eu que a construção de uma tal linguagem seria um grande auxílio para o raciocínio claro, embora jamais me parecesse que uma linguagem lógica fosse adequada aos propósitos da vida cotidiana” (RUSSELL, 1960, p. 144). Os lógicos que deram continuidade à obra de Frege e de Russell ao longo do século 20 não poderiam concordar mais com essa afirmação. Discípulo de Frege, de quem foi aluno na Universidade de Jena, e profundo conhecedor do trabalho de Russell, o positivista lógico Rudolf Carnap, por exemplo, nunca professou algo semelhante à “semântica objetivista” de Johnson. Atesta-o o fato de que, logo no primeiro capítulo da coletânea *Meaning and necessity*, de 1947, Carnap explicita as diferenças entre um sistema formal e a linguagem ordinária, ressaltando que o sentido técnico (lógico ou científico) de um termo não coincide, nem poderia coincidir, com seu sentido comum, próprio da linguagem ordinária. Além disso, estando ciente – assim como Frege, Russell e tantos outros pensadores da linguagem (e.g. BRÉAL, 1992, p. 151; BÜHLER, 1950, p. 394; PAUL, 1983, § 21) – de que a semântica verifuncional não abrange a riqueza semântica da linguagem natural, Carnap observa no artigo “Meaning and synonymy in natural languages” (1988b), também publicado em *Meaning and necessity*, que a análise do significado de expressões se dá fundamentalmente de duas formas: uma pragmática, concernente às linguagens naturais, e outra semântica, concernente à lógica simbólica.



Sempre considerando, como seu mentor, Carnap, as diferenças entre as linguagens naturais e a lógica simbólica, o lógico e filósofo norte-americano W. O. Quine contrasta no famoso artigo “Dois dogmas do empirismo” (2011) as linguagens artificiais elaboradas pelos lógicos com a linguagem que as pessoas empregam no dia a dia. Mais que isso: em sintonia com seus predecessores lógicos, Quine reconhece que a lógica não apenas é uma linguagem artificial como é mais restrita que a linguagem ordinária:

A simplificação de teoria é um motivo central também das extensas artificialidades da notação na lógica moderna. Com certeza, seria um disparate sobrecarregar uma teoria lógica com usos idiossincráticos que podemos corrigir. É parte da estratégia manter a teoria simples onde podemos e, então, quando queremos aplicar a teoria a frases particulares da linguagem ordinária, transformar tais frases em uma “forma canônica” adaptada à teoria. Se fôssemos conceber uma lógica da linguagem ordinária para uso direto em frases como se apresentam, teríamos que tornar nossas regras de inferência mais complexas, de maneiras diversas, não esclarecedoras (QUINE, 2010, p. 205-206).

Ex-aluno de Quine na Universidade de Harvard, Chomsky também sempre considerou as diferenças entre as linguagens naturais e a lógica simbólica – sobretudo em seu uso de ferramentas técnicas da lógica matemática para descrever gramáticas de línguas naturais. Não por acaso, Chomsky declina veementemente no artigo “Logical syntax and semantics: their linguistic relevance”, de 1955, a sugestão feita pelo matemático e linguista Yehoshua Bar-Hillel (1954) de que os resultados obtidos na sintaxe e semântica lógicas fossem incorporados à linguística teórica. Na verdade, com base na constatação feita por Carnap de que estava lidando em seu trabalho lógico com uma linguagem artificial, não com línguas naturais, e que estas têm uma natureza inteiramente diferente daquela (CHOMSKY, 1955, p. 38, n. 8), Chomsky argumenta em seu artigo que a construção de sistemas de linguagem artificial é tão útil à linguística quanto a construção de um mundo artificial o é para a física (p. 42): “(...) no caso das ‘línguas’ artificiais investigadas por Carnap em seu laboratório lógico há pouca, se há alguma, razão antecedente para considerá-las de algum modo comparáveis às línguas reais do mundo lá fora”, afirma Chomsky (1955, p. 43). “A bola rola no plano inclinado exatamente como rola, os ratos se comportam exatamente como

se comportam; mas uma língua artificial tem quaisquer propriedades que seu criador determina que ela tenha”, conclui Chomsky (1955, p. 43), que ao fim do artigo cuidadosamente assinala que a aplicação da lógica na construção de uma teoria linguística clara e rigorosa, como se pretende na gramática gerativa, é algo diferente de ter a expectativa de que a lógica ou qualquer outro sistema formal seja um modelo para o comportamento linguístico (1955, p. 45). Coerente com essa posição, Chomsky reafirmaria em suas palestras na Nicarágua nos anos 1980 as diferenças entre a linguagem humana e as línguas formais dos lógicos-matemáticos, frisando por exemplo que nestas se assume que um verbo transitivo simplesmente relaciona dois termos – seu sujeito e seu objeto – sem nenhuma assimetria estrutural, diferentemente do que acontece na linguagem humana (CHOMSKY, 1988, p. 54). “As línguas formais são construídas dessa forma por questões de simplicidade e facilitação em operações computacionais como as inferências”, afirmou Chomsky (1988, p. 54), retomando a argumentação de Quine. “Mas a evidência indica que as línguas humanas não adotam os princípios familiares na lógica moderna. Em vez disso, elas aderem à clássica concepção aristotélica de que uma sentença tem um sujeito e um predicado, em que o predicado pode ser complexo: ele pode consistir de um verbo e seu objeto (...) ou um verbo e uma oração complementar (...)”. Mais recentemente, em sua entrevista sobre o Programa Minimalista a Adriana Belletti e Luigi Rizzi, Chomsky reiteraria sua análise das diferenças entre as linguagens lógicas e as línguas naturais (CHOMSKY, 2006, p. 134ss), desfazendo de vez qualquer possibilidade de vinculá-lo à “semântica objetivista”.

Em vista de todo o exposto acima, é imperativo concordar com Leezenberg (2001, p. 137) que o ataque de Lakoff e Johnson à “semântica objetivista” é “pouco mais do que uma luta heroica contra moinhos de vento”. Nem um pouco heroica, no entanto, é a atitude de Lakoff de atribuir ao gerativismo não apenas uma abordagem objetivista da semântica (LAKOFF, 1987, p. 466), mas também uma abordagem objetivista da cognição como um todo (1987, p. 463 e 466). Na verdade, deturpando completamente o trabalho dos lógicos-matemáticos, Lakoff (1987, p. 219) chega a afirmar que a lógica matemática tem sido utilizada para justificar uma abordagem objetivista das ciências cognitivas em geral e da linguística e da filosofia da linguagem em particular. Com base nesse pressuposto, Lakoff (1987, p. 225) distorce o gerativismo chomskiano declarando que “a ideia de que a sintaxe da linguagem

natural é independente da semântica deriva dessa tentativa de impor a estrutura da lógica matemática ao estudo da linguagem humana e do pensamento humano em geral”. Contudo, como explicitado acima, Chomsky – que para Lakoff e Johnson (2003, p. 195 e 205) é um dos representantes máximos do “objetivismo” – rejeita há décadas a ideia de impor a estrutura da lógica matemática ao estudo da linguagem humana e do pensamento humano em geral. Mais: diferentemente do que sustentam Lakoff e Johnson, Chomsky também rejeita há décadas algo como o “objetivismo” construído por esses autores. Na entrevista concedida a Mitsou Ronat, por exemplo, Chomsky afirma:

Podemos perguntar-nos (...) qual é a intersecção da classe das teorias possíveis e da classe das teorias verdadeiras, isto é, que teorias pertencem ao mesmo tempo à classe das teorias acessíveis e à classe das teorias verdadeiras, em princípio. Onde existe uma tal intersecção, este organismo particular que é o ser humano pode atingir um conhecimento real. E inversamente, ele só pode produzir conhecimentos reais nesta intersecção (CHOMSKY, 1977, p. 71).

Adiante, Chomsky arremata, deixando claro que nunca compartilhou do “objetivismo” tal qual definido por Lakoff e Johnson: “(...) são as limitações do espírito humano que permitem a aquisição de um conhecimento tal como a grande riqueza de qualquer saber científico” (1977, p. 78).

A conclusão a que se chega diante de todas essas considerações é que Lakoff e Johnson desfiguram não somente as ideias de Chomsky, mas a própria história do pensamento ocidental, para no fim das contas atacar o gerativismo – em especial, a hipótese da autonomia da sintaxe e a teoria modular da mente humana (e.g. LAKOFF, 1987, p. 582-585). Em *Philosophy in the flesh*, por exemplo, como destaca John Sowa (1999) em sua resenha do livro, Lakoff e Johnson dedicam 44 páginas a Chomsky, mas percorrem toda a filosofia analítica em apenas 29 páginas, desconsiderando as profundas diferenças entre pensadores tão diversos quanto Frege, Russell, Carnap e o Círculo de Viena, Quine, Goodman, Davidson, Putnam, Kripke, Montague, Lewis, Strawson, Austin e Wittgenstein. “Em vez de desafiar toda a filosofia ocidental”, comenta Sowa (1999, p. 631) em referência à leitura superficial que Lakoff e Johnson apresentam na obra não apenas dos filósofos analíticos, mas

também de autores clássicos como Platão e Aristóteles, “eles deveriam ter se concentrado em seu maior oponente, Noam Chomsky e sua filosofia da linguagem”. De fato, em lugar de tentar cobrir uma tradição tão rica e complexa como a da filosofia ocidental em poucas dezenas de páginas, Lakoff e Johnson teriam feito melhor em se restringir a Chomsky, discutindo seus textos a fundo. Com isso, teriam no mínimo evitado o constrangimento de abrir o primeiro capítulo de *Philosophy in the flesh* dando por encerrados “mais de dois milênios de especulação filosófica *a priori*” em decorrência de suas “descobertas”.

#### 4 Do determinismo linguístico ao determinismo metafórico

Na seção de agradecimentos de *Metaphors we live by*, Lakoff e Johnson (2003) reconhecem que suas observações sobre como a língua refletiria o sistema conceitual de seus falantes derivavam do trabalho de Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf, bem como de outros que haviam trabalhado “naquela tradição” (p. xi). A tradição a que Lakoff e Johnson se referem, claro, é a dos estudos de antropologia linguística inaugurados nos Estados Unidos por Franz Boas entre o fim do século 19 e o início do século 20 e levados adiante por seus discípulos, entre os quais Sapir (LEAVITT, 2015; LUCY, 1992b, cap. 1-2; PALMER, 1996, cap. 2). Mais exatamente neste caso, Lakoff e Johnson referem-se à corrente teórica da antropologia linguística norte-americana que culminou na chamada hipótese Sapir-Whorf, que se divide em duas versões: uma “forte” – o determinismo linguístico –, que diz que os pensamentos e as percepções das pessoas são *determinados* pela língua que elas falam; e uma “fraca” – o relativismo linguístico –, que diz que os pensamentos e as percepções das pessoas são *influenciados* pela língua que elas falam (AU, 1983, p. 155-156; CARROLL, 1987, p. 23; DEDRICK, 2015, p. 273-274; HARLEY, 1995, p. 339-340; PINKER, 2002, p. 61-62). “Seres humanos não vivem no mundo objetivo sozinhos, nem sozinhos no mundo de atividade social como ordinariamente entendido, mas estão profundamente à mercê da língua particular que se tornou o meio de expressão de sua sociedade”, afirma Sapir em texto que abre o artigo “The relation of habitual thought and behavior to language”, escrito por Whorf em 1939 e publicado na coletânea *Language, thought and reality*, de 1956. “A verdade é que o ‘mundo real’ é em grande medida construído inconscientemente pelos hábitos linguísticos do grupo. (...) Nós vemos e

ouvimos e temos outras experiências em grande medida como o fazemos porque os hábitos linguísticos de nossa comunidade predis põem certas escolhas de interpretação”, completa Sapir (WHORF, 1987, p. 134). Como se sabe, Whorf levou adiante essas ideias de seu mentor, que foi um dos maiores antropólogos linguistas de seu tempo, investigando línguas ameríndias como o hopi e o apache. Com base nessas pesquisas, Whorf acabou por desenvolver a ideia de que a língua falada por uma pessoa molda o seu pensamento e sua percepção da realidade (CHASE, 1987, p. v-vi). Um falante de hopi, por exemplo, argumenta Whorf no controverso artigo “An american indian model of the universe”, “não tem nenhuma noção ou intuição geral do TEMPO como um contínuo que suavemente flui, no qual tudo no universo procede à mesma velocidade, afastando-se de um futuro, através de um presente, rumo a um passado (...)” (WHORF, 1987, p. 57). O que levou Whorf a essa conclusão foi seu parecer de que a língua hopi “não contém palavras, formas gramaticais, construções ou expressões que referem diretamente àquilo que chamamos ‘tempo’, ou passado, presente ou futuro, ou duradouro ou prolongado (...)” (1987, p. 57). Confrontando Whorf, porém, o linguista Ekkehart Malotki detalharia à exaustão nas mais de 600 páginas do livro *Hopi time: a linguistic analysis of the temporal concepts in the hopi language*, de 1983, como a avaliação de Whorf sobre a língua hopi é equivocada, já que esta possui variados modos de expressar tempo e noções correlatas ignorados por Whorf, incluindo as ideias de passado, presente e futuro. Assim, parece incorreto afirmar, como o fez Whorf a partir de seu estudo de hopi, que um falante dessa língua não tem nenhuma noção ou intuição geral do fluir do tempo porque ela não contém expressões de tempo.<sup>4</sup>

Este, evidentemente, foi um duro golpe contra a hipótese Sapir-Whorf. Mas não o único. Na verdade, muito antes do lançamento do livro de Malotki sobre a língua hopi, essa hipótese já havia sofrido críticas contundentes. A maior delas talvez tenha vindo com a publicação em 1969 do livro *Basic color terms: their universality and evolution*, do antropólogo Brent Berlin e do linguista Paul Kay. Nessa obra, Berlin e Kay (1969) desafiam a hipótese Sapir-Whorf, argumentando que existem restrições universais (portanto, independentemente de diferenças linguísticas) quanto ao número de termos básicos de cores que uma língua

---

<sup>4</sup> Para críticas de caráter neowhorfiano ao trabalho de Malotki sobre a língua hopi, ver, por exemplo, Dinwoodie (2006), Leavitt (2010) e Lee (1996).

pode apresentar (1969, p. 1-2). Por “termos básicos de cores” Berlin e Kay (1969, p. 6) entendem aqueles termos que se caracterizam por (1) serem monolexicais, como verde e azul, em vez de compostos, como verde-claro e azul-escuro; (2) não terem significação incluída em outros termos de cores, como em amarelo-manga ou verde-musgo; (3) serem aplicados a uma ampla classe de objetos; (4) serem psicologicamente salientes, ou seja, são facilmente reconhecíveis e aceitos pelos falantes. Partindo dessa definição de termos básicos de cores e apoiando-se na avaliação de informantes de 20 línguas de diferentes famílias linguísticas, bem como em dados escritos de outras dezenas de línguas, Berlin e Kay (1969) identificaram 11 possibilidades de cores básicas: branco, preto, vermelho, verde, amarelo, azul, marrom, roxo, rosa, laranja e cinza (p. 1-2). Mais: tendo apresentado amostras similares mas não idênticas das cores básicas aos informantes, Berlin e Kay apontaram aquilo que chamaram de “pontos focais” (*focal points*), ou “cores focais” (*focal colors*), que seriam os melhores exemplos de cada uma das cores básicas, os quais foram mais facilmente reconhecidos pelos informantes (p. 5 e p. 7). Além disso, considerando todos esses dados, Berlin e Kay concluíram que uma língua não precisa apresentar todas as 11 categorias de cores básicas, mas deve necessariamente respeitar essa ordem (1969, p. 2-4). Assim, uma língua não poderia, por exemplo, ter a categoria “marrom” sem apresentar a cor vermelha, ou ter a categoria “rosa” sem apresentar a cor amarela.

Como seria de se esperar, *Basic color terms* imediatamente recebeu todo tipo de críticas. Apontou-se, por exemplo, que não havia no livro evidências empíricas sobre a relação entre linguagem e pensamento, mas tão somente o relato de alguns resultados sobre a padronização de cores em diferentes culturas (DEDRICK, 2015, p. 271). Logo, porém, essa lacuna seria preenchida com novas pesquisas conduzidas por Eleanor Rosch. De fato, complementando o ataque de Berlin e Kay à hipótese Sapir-Whorf, Rosch publicou uma série de estudos nos anos 1970 sobre a categorização e a percepção de cores mostrando a independência de ambas em relação à linguagem (e.g. HEIDER,<sup>5</sup> 1971; HEIDER, 1972; HEIDER; OLIVIER, 1972). Para chegar a essa conclusão, Rosch (Heider) (1972) e Rosch (Heider) e Donald Olivier (1972), por exemplo, realizaram uma série de pesquisas tanto com falantes da língua inglesa, que apresenta

---

<sup>5</sup> Trata-se da mesma Eleanor Rosch, que assinou Heider em seus trabalhos até 1972.

os 11 termos básicos de cores, quanto com falantes da língua dani, de Nova Guiné, que apresenta apenas dois termos básicos de cores: *mola*, para claro, frio, branco; e *mili*, para escuro, quente, preto. Conforme a hipótese Sapir-Whorf, os danis deveriam perceber apenas as cores de acordo com esses dois termos, não podendo diferenciar uma cor escura como a vermelha de outra cor escura, como a marrom; ou uma cor clara como a azul-clara de outra cor clara, como a verde-clara. No entanto, não foi isso o que Rosch e Olivier (1972) verificaram em suas investigações. Pelo contrário, os falantes de dani não apenas conseguiam fazer essas diferenciações como aprenderam melhor os termos para cores focais criados pela equipe de Rosch e de Olivier do que os termos para cores não focais também criados por eles. Ou seja, assim como os falantes da língua inglesa e das demais línguas analisadas por Berlin e Kay (1969) e por Rosch e Olivier (1972), os falantes de dani identificaram mais facilmente os melhores exemplos (prototípicos) de cada uma das cores básicas do que os exemplos periféricos (não prototípicos). De posse desses resultados, Rosch deduziu que a identificação dos exemplares prototípicos das cores básicas deriva da fisiologia da visão humana e independe da língua falada pelas pessoas (HEIDER, 1972, p. 20). Assim, argumenta Rosch (1972, p. 20), “longe de ser um domínio apropriado para o estudo dos efeitos da linguagem no pensamento, o espaço cromático parece ser um exemplo primordial da influência de fatores cognitivos perceptuais subjazendo a formação e a referência de categorias linguísticas”. Dito de outra forma, para Rosch, não é a linguagem que determina, ou ao menos influencia, a percepção humana das cores, mas sim a percepção humana das cores que determina, ou ao menos influencia, a linguagem – quer dizer, a categorização linguística das cores.

Dada a importância e repercussão desses trabalhos de Malotki, de Berlin e Kay e de Rosch e Olivier contra a hipótese Sapir-Whorf, seria esperado que Lakoff e Johnson os discutissem detalhadamente, posicionando-se contra eles, ao elaborar sua teoria das metáforas conceituais. Em vez disso, porém, Lakoff e Johnson praticamente os ignoram em seus textos, restringindo as referências a Berlin e Kay e a Rosch à discussão sobre categorização e prototipicidade (cf., p. ex., LAKOFF, 1987, cap. 2). Dessa maneira, entre a “responsabilidade empírica” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 551) e a alegação sapirianowhorfiana de que as metáforas estruturam a linguagem, a percepção da realidade, o pensamento e as ações humanas, Lakoff e Johnson preferiram

a segunda opção sem ao menos se darem ao trabalho de justificar por que não aceitaram os resultados obtidos por Berlin e Kay e por Rosch e Olivier contra a hipótese Sapir-Whorf. Reafirmando essa escolha, Lakoff e Johnson escreveram no “Afterword” da edição de 2003 de *Metaphors we live by*: “Dado que nós raciocinamos em termos de metáfora, as metáforas que nós usamos *determinam* uma boa parte de como nós vivemos nossas vidas” (p. 244; grifo nosso). E, dado que Lakoff e Johnson se utilizam dos trabalhos de Berlin e Kay e de Rosch sobre categorização e prototipicidade para atacar o “objetivismo”, ao qual vinculam a “teoria clássica de categorização” (e.g. JOHNSON, 1987, p. xi; LAKOFF, 1987, p. xiv), sua teoria das metáforas conceituais acaba sendo fundamentada numa mistura entre ideias explicitamente antiwhorfianas de Berlin e Kay e de Rosch com ideias do próprio Whorf. No livro *Women, fire, and dangerous things* (LAKOFF, 1987), encontra-se aquele que talvez seja o melhor exemplo das consequências dessa combinação inusitada. No sexto capítulo da obra, Lakoff apresenta uma explicação sobre o suposto sistema classificatório da língua dyirbal com base no trabalho de Robert M. W. Dixon (1982) sobre essa língua aborígine em vias de extinção. Segundo Dixon (1982), afirma Lakoff (1987, p. 92-93), todo substantivo em dyirbal deve ser precedido por uma destas quatro palavras: *bayi*, *balan*, *balam* e *bala*. Com isso, conforme Dixon, os falantes de dyirbal categorizam os objetos em quatro grupos, assim exemplificados:

*Bayi*: para homens, cangurus, morcegos, muitas serpentes, muitos peixes, muitos insetos, alguns pássaros, as tempestades, a Lua, algumas lanças, etc.

*Balan*: para mulheres, cães, algumas serpentes, escorpiões, muitos pássaros, grilos, ornitorrinco, cada coisa ligada ao fogo e à água, Sol e estrelas, algumas árvores, etc.

*Balam*: para todas as frutas comestíveis e plantas nas quais crescem, maçãs, cigarros, vinho, doces, etc.

*Bala*: para partes do corpo, carne, abelhas, vento, algumas lanças, erva, linguagem, muitas árvores, etc.

Partindo desses dados, esclarece Lakoff (1987, p. 93), Dixon afirma que o primeiro grupo refere-se a machos (humanos) e animais; o segundo, a fêmeas (humanas), água, fogo e lutas; o terceiro, a alimentos que não são carne e, o quarto, a tudo aquilo que não se enquadra



nos grupos anteriores. Complementando a análise de Dixon (1982), Lakoff (1987, p. 93) propõe que um princípio geral sustenta o “sistema classificatório” em dyirbal: o “princípio de domínio de experiência” (*domain-of-experience principle*), segundo o qual, “se há um domínio básico de experiência associado com A, então é natural que as entidades desse domínio estejam na mesma categoria de A”. Se os peixes estão no primeiro grupo, exemplifica Lakoff com base nesse princípio, material de pesca (anzol, linhas, etc.) também está, ainda que sua classificação esperada fosse no quarto grupo. Adiante, Lakoff (1987, p. 94) afirma que a descoberta mais surpreendente de Dixon, com a qual este buscou explicar os casos mais aberrantes de classificação em dyirbal, talvez tenha sido sua observação de que, se um substantivo tem uma característica X (com a qual se enquadraria em um grupo), mas é conectado por meio de crenças ou de mitos a outra característica Y, então ele é enquadrado no grupo correspondente a Y, não a X. Pássaros, ilustra Lakoff, são seres animados, mas pertencem ao segundo grupo, não ao primeiro, porque se acredita na comunidade dyirbal que eles são os espíritos de humanas fêmeas mortas. É bom dizer, no entanto, que, mesmo por esses e outros princípios estabelecidos por Dixon ou por Lakoff, há exceções em dyirbal, como ambos reconhecem. Dinheiro, por exemplo, está no primeiro grupo, enquanto cachorros e ornitorrincos estão no segundo grupo. Contudo, apesar desses contraexemplos ao suposto sistema classificatório em dyirbal, Lakoff (1987, p. 95-96) não se intimida em sugerir que as classificações nessa língua seguem a lógica de categorização revelada pelas pesquisas de Berlin e Kay (1969) e de Rosch (1971, 1972), havendo em cada um dos quatro grupos membros prototípicos e não prototípicos. Mais: a despeito dos contraexemplos ao suposto sistema classificatório em dyirbal, Lakoff (1987, p. 95) não se contém em dizer que a realização de Dixon é notável. “Ele mostrou que o que pode parecer superficialmente, para o olhar ocidental, uma classificação fantástica (...) é, da perspectiva do povo que faz a classificação, um modo relativamente regular e assentado em princípios de classificar as coisas”.

Outros pesquisadores, porém, tiveram uma avaliação bem diferente sobre o trabalho de Dixon. Umberto Eco (1998), por exemplo, chama a atenção no livro *Kant e o ornitorrinco* para o fato de que, em uma experiência de classificação, aquele que experimenta propõe uma subdivisão em classes baseadas em um modelo cultural, tendendo a eliminar as formas de classificação do povo estudado (“selvagem”) e

a pressupor uma classificação na qual provavelmente existam apenas “acidentes morfológicos isentos de contraparte semântica” (p. 172). Para embasar sua opinião, Eco cita justamente a explicação do suposto sistema classificatório da língua dyirbal feita por Dixon e Lakoff – os quais, deve-se ressaltar, assim como Whorf em relação aos falantes de hopi, atribuem aos falantes de dyirbal características culturais e psicológicas não confirmadas por pessoas da própria comunidade. Como enfatiza Eco (1988, p. 172), Lakoff (1987) não apenas se mostra espantado que as quatro “categorizações” em dyirbal sejam utilizadas automática e (quase) inconscientemente pelos falantes da língua como procura razões semânticas e simbólicas as mais diversas para justificá-las. Não convencido, porém, da pertinência dessa empreitada, Eco (1988, p. 172), com uma pitada de ironia, convida o leitor a investigar as “categorizações” feitas pelos falantes de uma língua falada “numa península mediterrânea” que tem “o curioso hábito de antepor a cada nome duas palavras, IL (com a variante LO) e LA, com os seguintes efeitos ‘categoriais’”:

IL se aplica a homens, cangurus, morcegos, muitas serpentes (jiboia, pítia, cobra), muitos peixes (robalo, lúcio, peixe-espada, tubarão), muitos insetos (zangão, besouro), Sol, temporal, arco-íris, bumerangue, fuzil, metralhadora, dia, ornitorrinco, rinoceronte.

LA se aplica a mulher, tigre, algumas serpentes (víbora, cobra-d’água), alguns peixes (dourado, truta), muitos pássaros (andorinha, toutinegra), insetos (vespa, mosca), água, Lua, estrela, couraça, pistola, lança, algumas árvores (carvalho, palmeira), girafa, doninha, etc.

Não satisfeito, Eco (1988, p. 173) propõe ainda ao leitor imaginar que ao norte daquela península viva uma população que antepõe a cada termo três palavras: DER, DIE e DAS. Nessa língua, resalta Eco (1988, p. 173), “o fato de que Sol seja *die* como a mulher, a Lua *der* como o leopardo e o tigre, e o ornitorrinco, a orelha e o ouro sejam todos *das*, não tem nenhum valor categorial”. Tendo em vista essas considerações sobre as línguas italiana e alemã, Eco confessa:

Não me sinto à vontade em dizer que na língua dyirbal aconteça algo semelhante àquilo que acontece em italiano, alemão, francês e tantas outras línguas. Apresento apenas a suspeita de que os fenômenos gramaticais sejam com frequência discutidos como fenômenos de classificação – o que joga uma suspeita sobre tantas investigações, em que se pressupõem classificações familiares pelo experimentador, mas que os sujeitos delas não compartilham, ou o experimentador se cansa, em vão, deduzindo classificações em que os sujeitos não classificam nada e seguem apenas automatismos gramaticais (1988, p. 173).

De fato, há o sério risco de que as pesquisas de fenômenos gramaticais como fenômenos de classificação, na esteira dos trabalhos de Whorf, de Dixon e de Lakoff (e.g. BORODITSKY, 2012; LEVINSON, 1996, 2003a, 2003b; LUCY, 1992a), digam respeito muito mais aos pesquisadores do que aos falantes das línguas em investigação. Alerta a esse risco, Eric Pederson (2007, p. 1031) frisa que hoje em dia o ônus da prova sobre pesquisadores que querem demonstrar “qualquer ausência potencial (ou ‘deficiência’)” de uma comunidade por motivos linguísticos é bem pesado, cabendo-lhes em especial a árdua tarefa de isolar a língua de outros fatores (ambientais, etários, educacionais, etc.) a fim de sustentar suas teses (2007, p. 1024ss). Dada a dificuldade de seguir esse preceito, não admira a observação de Pederson (2007, p. 1013 e p. 1036) de que a questão a respeito de a língua determinar ou influenciar o pensamento está sendo substituída por questões a respeito de certos traços de línguas específicas influenciar ou não operações cognitivas particulares. Pelo mesmo motivo, tampouco admira que já há décadas neowhorfianos – isto é, adeptos mais recentes da hipótese Sapir-Whorf – defendam que Sapir e Whorf na verdade tinham uma posição muito mais próxima do relativismo linguístico do que do determinismo linguístico (e.g. LEE, 1996; LUCY, 1992b; SMITH, 1996). Sem entrar nos méritos desse debate exegético, o fato é que o determinismo linguístico foi praticamente abandonado há tempos pelos neowhorfianos em favor do relativismo linguístico, como assinalam Pederson (2007, p. 1012-1013), Don Dedrick (2015, p. 274) e Trevor A. Harley (1995, p. 346-347). Ciente dessa tendência, que Lakoff e Johnson ignoram com seu “determinismo metafórico”, Richard Hudson (2010, p. 861) já vislumbra novas possibilidades de pesquisa que essa mudança pode acarretar:

(...) a conexão íntima entre a gramática e o resto da cognição possibilita que a gramática influencie o desenvolvimento cognitivo não linguístico como predito pela hipótese Sapir-Whorf (...). Uma possível consequência dessa influência é uma área especial da cognição fora da linguagem que só é usada quando nós processamos a linguagem – o “pensar para falar” de Slobin (1996). Mais genericamente, um modelo em rede prediz que algumas partes da cognição são “mais próximas” à linguagem (i.e., são mais diretamente relacionadas a ela) do que outras, e que, quanto mais próxima a linguagem estiver, maior será a sua influência.

Evidentemente, em se tratando dessas alegações, o ônus da prova também tem de ser pesado, cabendo a seus proponentes a igualmente árdua tarefa de isolar a língua, a gramática, de outros fatores cognitivos e não cognitivos. Por não terem feito esse isolamento, os partidários tanto do determinismo linguístico quanto do relativismo linguístico acabaram se prendendo numa argumentação circular. Um dos maiores críticos da hipótese Sapir-Whorf na atualidade, Pinker (2002, p. 66) ataca justamente a circularidade dos argumentos de Whorf. Ao investigar a língua apache, por exemplo, comenta Pinker, Whorf destacou que nessa língua “O barco está encalhado na praia” é expresso como “Ele está na praia a pique em consequência de um movimento de canoa”; “Ele convida pessoas para uma festa” é expresso como “Ele, ou alguém, vai atrás de comedores de alimento cozido”; “Ele limpa a arma com uma vareta” é expresso como “Ele dirige um lugar seco e oco que se move por movimento de ferramenta”. “Isso tudo, é claro, é muito diferente do nosso modo de falar”, sublinha Pinker (2002). “Mas como sabemos que é muito diferente de nosso modo de pensar?” A fim de responder a essa pergunta, Pinker (2002, p. 66) lembra que os psicolinguistas Eric Lenneberg (1953, 1967, p. 363-365) e Roger Brown (1957, 1958), críticos de primeira hora do determinismo linguístico, bem observaram que as asserções de Whorf sobre a psicologia dos apaches basearam-se totalmente na gramática apache, o que acabou tornando sua argumentação circular. Com base, por exemplo, no fato de que “Esta primavera está chuvosa” é expresso em apache como “Como água, ou primaveras, a brancura move-se para baixo”, lembra Pinker (2002), Whorf concluiu que os apaches não seccionam os fatos em objetos e ações distintos. Assim, conforme Whorf, arremata Pinker (2002, p. 66-67), “apaches falam de maneira diferente, portanto devem pensar de maneira diferente. Como sabemos que pensam de maneira diferente? Basta escutar a maneira como falam!”

No artigo “On metaphoric representation”, Gregory L. Murphy também destaca a circularidade das evidências apresentadas em favor da hipótese Sapir-Whorf, seguindo outros pesquisadores, como Terry K. Au (1988). Para ilustrar sua exposição, Murphy (1996, p. 183) retoma o mito de que a percepção que os esquimós têm da neve não apenas é determinada pelas múltiplas palavras que eles têm para representar diferentes tipos de neve como é diferente da percepção de povos cujas línguas só tem uma palavra para neve, como o norte-americano (para uma crítica dessa interpretação da cognição dos esquimós, ver Pinker (2002, p. 70-72; 2008, p. 152)). Ao questionamento de um cético quanto a essa avaliação, pondera Murphy (1996, p. 1983), um defensor diria que uma evidência em seu favor é o fato de os esquimós terem múltiplas palavras para neve. Assim, conclui Murphy, o argumento é circular e restrito à linguagem, sem o apoio de evidências psicológicas ou neurológicas, por exemplo. Além disso, com perspicácia, Murphy (1996, p. 182-184) aponta que Lakoff e Johnson (2003) também se prenderam numa argumentação circular e essencialmente restrita à linguagem ao defenderem sua teoria das metáforas conceituais. De fato, como anteriormente discutido, partindo da constatação milenar de que as metáforas são altamente produtivas na linguagem humana, Lakoff e Johnson deduziram sem respaldo empírico algum que as metáforas estruturam a linguagem, a percepção da realidade, o pensamento e as ações humanas. E como sabemos que as metáforas têm esse papel na cognição e na vida das pessoas? Basta perceber como elas permeiam a linguagem humana, essencialmente dizem Lakoff e Johnson.

Com efeito, os neowhorfianos perceberam há décadas a necessidade de quebrar a argumentação circular e restrita à linguagem que marca o trabalho de seus precursores (PEDERSON, 2007). Assim, para rebater a afirmação de Rosch de que a identificação dos exemplares prototípicos das cores básicas deriva da fisiologia da visão humana e independe da língua falada pelas pessoas, Debi Roberson, Ian Davies e Jules Davidoff (2000) e Roberson, Davidoff, Davies e Laura Shapiro (2005), por exemplo, replicaram com falantes de línguas que só têm cinco termos de cores básicas – berinmo (Nova Guiné) e himba (Namíbia), respectivamente – os experimentos que Rosch havia feito com os danis. Da mesma forma, a fim de sustentar a hipótese sapiriano-whorfiana de que a língua falada pelas pessoas influencia sua percepção espacial, pesquisadores como Penelope Brown e Stephen C. Levinson

(1993a, 1993b) e Jürg Waissmann e Pierre R. Dasen (1998) realizaram experimentos com falantes de línguas que categorizam o espaço de formas diferentes – tendo ou não a terra como referência, por exemplo. Mas, claro, todos esses experimentos favoráveis à hipótese Sapir-Whorf foram igualmente rebatidos por experimentos desfavoráveis a essa hipótese, tanto em se tratando da percepção das cores (e.g. REGIER *et al.*, 2005) quanto em se tratando da percepção do espaço (e.g. LI *et al.*, 2011). E a disputa segue em aberto, com a multiplicação de experimentos contrários, favoráveis e mesmo parcialmente favoráveis ao relativismo linguístico (cf., p. ex., BROWN, 2015; DEDRICK, 2015; LEVINSON; WILKINS, 2006; REGIER; KAY, 2009).

## 5 Considerações finais

Na introdução deste artigo, afirmou-se que as críticas aqui feitas à teoria das metáforas conceituais de Lakoff e Johnson visam, em última instância, a facilitar a aproximação do cognitivismo a outros quadros teóricos, inclusive o gerativista, como o defendem cognitivistas como John R. Taylor (2007). De fato, no ensaio “Cognitive linguistics and autonomous linguistics”, publicado no *Oxford handbook of cognitive linguistics*, Taylor evita situar a linguística cognitiva em termos de oposição a outras vertentes teóricas. Pelo contrário: Taylor cita vários linguistas que incorporam ideias apresentadas tanto no gerativismo quanto na linguística cognitiva, como Prince e Smolensky (1993), Jackendoff (1997) e Peter Culicover (1999), e ressalta:

Em vista desses desenvolvimentos no campo da linguística autônoma, muitas das velhas polêmicas que definiram a empreitada da linguística cognitiva em seus primeiros dias estão perdendo a atualidade. Conforme a linguística cognitiva se torna *mainstream* (...), vai ficar cada vez mais anacrônico que ela se enquadre em termos de oposição a outras abordagens. Diálogo – e, eu ousa sugerir, integração – com outras abordagens talvez se torne a ordem do dia (TAYLOR, 2007, p. 583).

Mais de 10 anos depois de Taylor ousar sugerir o diálogo e a integração da linguística cognitiva com outras abordagens, é tempo de deixar definitivamente para trás o enquadre anacrônico dessa corrente teórica em termos de oposição à gramática gerativa e encerrar de vez a

última batalha das guerras linguísticas. Um bom começo para isso talvez seja o reconhecimento dos excessos cometidos por Lakoff e Johnson em sua cruzada particular contra Chomsky com a teoria das metáforas conceituais. Excessos esses que se tornam ainda mais claros à luz de outros modelos linguísticos propostos inclusive por autores cognitivistas.

Em sua semântica cognitiva, por exemplo, Leonard Talmy – um dos três “pais fundadores” (GEERAERTS; CUYCKENS, 2007a, p. 8) da linguística cognitiva, ao lado de Lakoff e Ronald Langacker (1987, 1991) – adota uma perspectiva modular da linguagem e da mente humana, afirmando não somente que o sistema semântico é um dos sistemas cognitivos (TALMY, 2000, I, p. 4) como assumindo um “modelo de sistemas sobrepostos” (TALMY, 2000, p. 15) da cognição humana, no qual diferentes sistemas cognitivos, próprios à linguagem, à percepção, à razão, à memória, ao controle motor, etc., têm propriedades estruturais unicamente deles; propriedades adicionais que compartilham com apenas um ou com alguns outros sistemas cognitivos e propriedades fundamentais que têm em comum com todos os outros sistemas cognitivos. Coerente com sua concepção modular da linguagem e da mente humana, Talmy (2000) esclarece, logo na introdução aos dois volumes do livro *Toward a cognitive semantics*, que a obra se dedica à investigação da estrutura conceitual, com especial interesse pelo modo como a linguagem molda conceitos (I, p. 1). Assim, mais uma vez se afastando de Lakoff e Johnson, Talmy faz um recorte bem preciso de seu objeto de pesquisa, reconhecendo se tratar de um fenômeno referente a um componente em particular da linguagem – qual seja, a estrutura conceitual. Não é à toa, portanto, que, novamente se apartando de Lakoff e Johnson, Talmy prefira empregar a expressão *cognitive semantics* (semântica cognitiva) em lugar de *cognitive linguistics* (linguística cognitiva).

Como sublinha Talmy (2000) em crítica indireta à gramática gerativa, a estrutura conceitual havia sido muito pouco explorada até o advento da linguística cognitiva, que a seu ver é um quadro teórico complementar a outros. Na verdade, para Talmy (2000), a linguística cognitiva é parte de um conjunto de estudos da linguagem que pode ser dividido em três grandes abordagens, não se incluindo entre elas a fonologia: (1) a abordagem formal, (2) a abordagem psicológica e (3) a abordagem conceitual. De acordo com Talmy (2000, p. 2), a abordagem formal investiga os padrões estruturais da forma linguística abstraíndo-os do significado veiculado. Seu grande representante, afirma Talmy

(2000), é a gramática gerativa, que analisa as estruturas morfológica, sintática e lexical, mas praticamente ignora a estrutura conceitual, dado que se limita às propostas da semântica formal ao tratar do componente semântico. Já a abordagem psicológica, prossegue Talmy (2000), tem uma longa tradição de examinar a linguagem como parte dos sistemas cognitivos gerais, relacionando-a à percepção, à memória, à atenção e ao raciocínio. Apesar da importância dos estudos realizados por psicólogos sobre tópicos como a memória semântica, a associatividade de conceitos e a construção de inferências, pondera Talmy (2000), os elementos propriamente linguísticos, que são o cerne das pesquisas realizadas nas abordagens formal e conceitual, não recebem na abordagem psicológica a devida atenção. Por sua vez, a abordagem conceitual, explica Talmy (2000, p. 2-3), dedica-se aos padrões e processos pelos quais o conteúdo conceitual é organizado na linguagem. Segundo Talmy (2000, p. 2-3), a linguística cognitiva se insere nessa abordagem, ocupando-se da investigação de categorias conceituais básicas como as de espaço e tempo, cenas e eventos, entidades e processos, movimento e localização, força e causalidade. Em sua esfera, detalha Talmy, são também pesquisados temas como as categorias afetivas atribuídas a agentes cognitivos, como atenção e perspectiva, volição e intenção, expectativa e afeto (*affect*), bem como a estrutura semântica de formas lexicais e morfológicas e de padrões sintáticos. Além disso, complementa Talmy (2000, p. 3), a linguística cognitiva trata das inter-relações das estruturas conceituais, presentes por exemplo em mapeamentos metafóricos, em enquadramentos semânticos (*semantic frames*) e em texto e contexto. Adiante, Talmy (2000, p. 3) ressalta ainda que a linguística cognitiva analisa, em seu enfoque conceitual, as propriedades formais da linguagem, buscando explicações sobre as funções exercidas pela estrutura gramatical na representação da estrutura conceitual. Por fim, Talmy (2000) destaca aquela que considera ser uma das principais características da linguística cognitiva: a meta de relacionar suas descobertas sobre a linguagem às estruturas cognitivas examinadas na abordagem psicológica.

Feita toda essa exposição, Talmy (2000, p. 4) reitera que a linguística cognitiva é complementar a outras abordagens teóricas, já que lida com fenômenos linguísticos que são insuficientemente ou apenas indiretamente pesquisados em outros campos de estudos. Por conta disso, argumenta Talmy (2000), o crescimento da linguística cognitiva é um passo necessário para chegar-se a uma maior compreensão da linguagem.



De fato, como alerta o cognitivista Charles Fillmore (1979) no ensaio “Innocence: a second idealization for linguistics”, a sub-representação de qualquer componente linguístico em um quadro teórico implica a constituição de um falante-ouvinte aquém de um usuário pleno de uma língua. Em crítica ao gerativismo chomskiano, que àquela altura saía vencedor das guerras linguísticas contra a semântica gerativa, Fillmore mostra nesse texto que a minimização do componente semântico nos modelos gerativistas resulta no acréscimo de uma segunda idealização ao falante-ouvinte ideal de uma comunidade linguística homogênea proposto por Chomsky (1975): a de um falante-ouvinte que conjugaria altas habilidades gramaticais com baixas habilidades comunicativas. Um “falante-ouvinte inocente”, como o denomina Fillmore (1979, p. 63), seria capaz de reconhecer e utilizar as estruturas semânticas, morfossintáticas e fonológicas de sua língua com perfeição. No entanto, seu discurso seria lento, chato e pedante (p. 63-64). Além disso, um falante-ouvinte inocente não empregaria nem entenderia expressões idiomáticas e figuras de linguagem, já que estaria limitado à interpretação literal das palavras e a uma semântica composicional (p. 65-67). Como bem observa Renata Mousinho (2003, 2010), Fillmore basicamente retrata uma pessoa com síndrome de Asperger ou com autismo de alto desempenho ao caracterizar um falante-ouvinte inocente. Dessa maneira, a fim de evitar a constituição de um falante-ouvinte atípico, é absolutamente imprescindível, conforme indica Talmy, que teorias específicas a cada um dos componentes linguísticos sejam desenvolvidas e percebidas como mutuamente complementares. Levar adiante esse entendimento, compartilhado por gerativistas como Jackendoff (1997, 2003), talvez venha a se mostrar a principal tarefa da linguística teórica no século 21.

### **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer às professoras doutoras Ulrike Schröder (UFMG), Heliana Mello (UFMG) e Arabie Hermont (PUC Minas) pelas críticas, comentários e sugestões a uma versão anterior deste trabalho. Também gostaria de agradecer a dois pareceristas anônimos por suas valiosas observações, que muito contribuíram para o aperfeiçoamento deste texto. A responsabilidade pelas posições aqui assumidas, claro, é inteiramente minha.

## Referências

AU, T. K. Chinese and English Counterfactuals: the Sapir-Whorf Hypothesis Revisited. *Cognition*, [S.l.], v. 15, p. 155-187, 1983. DOI: [https://doi.org/10.1016/0010-0277\(83\)90038-0](https://doi.org/10.1016/0010-0277(83)90038-0)

AU, T. K. Language and Cognition. In: SCHIEFELBUSCH, R. L.; LLOYD, L. L. (ed.). *Language Perspectives: Acquisition, Retardation, and Intervention*. 2. ed. Austin: Pro-Ed, 1988. p. 125-146.

BAR-HILLEL, Y. Logical Syntax and Semantics. *Language*, Washington, DC, v. 30, n. 2, p. 230-237, 1954. DOI: <https://doi.org/10.2307/410265>

BERGEN, B. Empirical Methods in Cognitive Linguistics. In: EVANS, V.; BERGEN, B. K.; ZINKEN, J. (ed.). *The Cognitive Linguistics Reader*. Londres; Oakville: Equinox, 2007. p. 37-39.

BERLIN, B.; KAY, P. *Basic Color Terms: Their Universality and Evolution*. Berkeley; Londres: University of California Press, 1969.

BORODITSKY, L. How the Languages We Speak Shape the Ways We Think: the FAQs'. In: SPIVEY, M.; MCRAE, K.; JOANISSE, M. F. (ed.) *The Cambridge Handbook of Psycholinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 615-632. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139029377.042>

BRÉAL, M. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. São Paulo: Educ, 1992.

BROWN, P. Language, Culture, and Spatial Cognition. In: SHARIFIAN, F. (ed.). *The Routledge Handbook of Language and Culture*. Abingdon; Nova York: Routledge, 2015. p. 294-308.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Linguistic and Nonlinguistic Coding of Spatial Arrays: Explorations in Mayan Cognition*. Nijmegen: Cognitive Anthropology Research Group, 1993a. (Max Planck Institute for Psycholinguistics, Working Paper, n. 24)

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. "Uphill" and "Downhill" in Tzeltal. *Journal of Linguistic Anthropology*, New York, v. 3, p. 46-74, 1993b. DOI: <https://doi.org/10.1525/jlin.1993.3.1.46>

BROWN, R. Linguistic Determinism and Parts of Speech. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, Washington, DC, v. 55, p. 1-5, 1957. DOI: <https://doi.org/10.1037/h0041199>

BROWN, R. *Words and Things*. Nova York: Free Press, 1958.

BÜHLER, K. *Teoria del lenguaje*. Madrid: Revista de Occidente, 1950.

CARNAP, R. *Meaning and Necessity: A Study in Semantics and Modal Logic*. 2. ed. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1988a.

CARNAP, R. Meaning and Synonymy in Natural Languages. In: \_\_\_\_\_. *Meaning and Necessity: A Study in Semantics and Modal Logic*. 2. ed. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1988b. p. 233-247.

CARROLL, J. B. Introduction. In: WHORF, B. Lee. *Language, Thought and Reality: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge: MIT Press, 1987. p. 1-34.

CHASE, S. Foreword. In: WHORF, B. L. *Language, Thought and Reality: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge: MIT Press, 1987. p. v-x.

CHOMSKY, N. Logical Syntax and Semantics: Their Linguistic Relevance. *Language*, Washington, DC, v. 31, n. 1, p. 36-45, 1955. DOI: <https://doi.org/10.2307/410891>

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press 1965.

CHOMSKY, N. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Armenio Amado, 1975.

CHOMSKY, N. *Diálogos com Mitsou Ronat*. São Paulo: Cultrix, 1977.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. *Language and Problems of Knowledge: the Managua Lectures*. Cambridge, Mass.; Londres: MIT Press, 1988.

CHOMSKY, N. *Sobre natureza e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CHOMSKY, N. *Estruturas sintáticas*. Petrópolis: Vozes, 2015.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The Sound Pattern of English*. Nova York: Harper & Row, 1968.

CULICOVER, P. *Syntactic Nuts: Hard Cases, Syntactic Theory, and Language Acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

DEDRICK, D. Colour Language, Thought, and Culture. In: SHARIFIAN, F. (ed.). *The Routledge Handbook of Language and Culture*. Abingdon; Nova York: Routledge, 2015. p. 270-293.

DESCARTES, R. *O mundo ou tratado da luz: O homem*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

DINWOODIE, D. W. Time and the Individual in Native North America. In: KAN, S.; STRONG, P. T.; FOGELSON, R. (ed.). *New Perspectives on Native North America: Cultures, Histories, and Representations*. Lincoln; Londres: University of Nebraska Press, 2006. p. 327-348.

DIRVEN, R. Major strands in cognitive linguistics. In: RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ, F. J.; PEÑA CERVEL, M. S. *Cognitive linguistics: internal dynamics and interdisciplinary interaction*. Berlim; Nova York: Mouton de Gruyter, 2005, p. 17-68.

DIXON, R. M. W. *Where Have All the Adjectives Gone?* Berlim: Walter de Gruyter, 1982. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110822939>

ECO, U. *Kant e o ornitorrinco*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1998.

EVANS, V.; BERGEN, B. K.; ZINKEN, J. (ed.). *The Cognitive Linguistics Reader*. Londres; Oakville: Equinox, 2007a.

EVANS, V.; BERGEN, B. K.; ZINKEN, J. The Cognitive Linguistics Enterprise: An Overview. In: \_\_\_\_\_. (ed.). *The Cognitive Linguistics Reader*. Londres; Oakville: Equinox, 2007b. p. 2-36

FILLMORE, C. J. Innocence: A Second Idealization for Linguistics. In: BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 5<sup>th</sup>., 1979, Berkeley. Berkeley: University of California, 1979. p. 63-76. DOI: <https://doi.org/10.3765/bls.v5i0.3255>

FREGE, G. *Investigações lógicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FREGE, G. Prefácio da *Conceitografia*. In: \_\_\_\_\_. *Lógica e filosofia da linguagem*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009. p. 43-49.

GARDNER, H. *A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. Introducing Cognitive Linguistics. In: \_\_\_\_\_. (ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 2007a. p. 3-21.

GIBBS Jr., R. W. *The Poetics of Mind: Figurative Thought, Language, and Understanding*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GIBBS Jr., R. W. Taking Metaphor Out of Our Heads and Putting It into the Cultural World. In: GIBBS Jr., R. W.; STEEN, D. (ed.). *Metaphor in Cognitive Linguistics: Selected Papers from the Fifth International Cognitive Linguistics Conference*. Amsterdã; Filadélfia: John Benjamins, 1999. p. 145-166. DOI: <https://doi.org/10.1075/cilt.175.09gib>

GIBBS Jr., R. W. Why Cognitive Linguists Should Care More About Empirical Methods. In: EVANS, V.; BERGEN, B. K.; ZINKEN, J. (ed.). *The Cognitive Linguistics Reader*. Londres; Oakville: Equinox, 2007. p. 2-56. DOI: <https://doi.org/10.1075/hcp.18.06gib>

GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. Nova York; San Francisco; Londres: Academic Press, 1979.

HARDER, P. Cognitive Linguistics and Philosophy. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 1241-1265.

HARLEY, T. A. *The Psychology of Language: From Data to Theory*. Hove, UK: Psychology Press, 1995.

HARRIS, R. A. *The Linguistics Wars*. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 1993.

HEIDEGGER, M. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HEIDER, E. R. "Focal" Color Areas and the Development of Color Names. *Developmental Psychology*, Washington, DC, v. 4, p. 447-455, 1971. DOI: <https://doi.org/10.1037/h0030955>

HEIDER, E. R. Universals in Color Naming and Memory. *Journal of Experimental Psychology*, Washington, DC, v. 93, n. 1, p. 10-20, 1972. DOI: <https://doi.org/10.1037/h0032606>

HEIDER, E. R.; OLIVIER, D. C. The Structure of the Color Space in Naming and Memory for Two Languages. *Cognitive Psychology*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 337-354, 1972. DOI: [https://doi.org/10.1016/0010-0285\(72\)90011-4](https://doi.org/10.1016/0010-0285(72)90011-4)

HOWE, J. Argument is Argument: an Essay on Conceptual Metaphor and Verbal Dispute. *Metaphor and Symbol*, [S.l.], v. 23, n. 1, p. 1-23, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/10926480701723516>

HUDSON, R. Word Grammar. In: HEINE, B.; NARROG, H. (ed.). *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 857-885.

HUSSERL, E. *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

JACKENDOFF, R. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1980.

JACKENDOFF, R. *The Architecture of the Language Faculty*. Cambridge: MIT Press, 1997. DOI: [https://doi.org/10.1163/9789004373167\\_003](https://doi.org/10.1163/9789004373167_003)

JACKENDOFF, R. *Foundations of Language: Brain, Meaning, Grammar, Evolution*. Oxford; Nova York: Oxford University Press, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0140525X03000153>

JACKENDOFF, R.; AARON, D. Review of *More than Cool Reason: A Field Guide to Poetic Metaphor*. *Language*, Washington, DC, v. 67, p. 320-338, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1353/lan.1991.0079>

JÄKEL, O. *Kant, Blumenberg, Weinrich: Some Forgotten Contributions to the Cognitive Theory of Metaphor*. In: GIBBS Jr., R. W.; STEEN, G. (ed.). *Metaphor in Cognitive Linguistics: Selected Papers from the Fifth International Cognitive Linguistics Conference*. Amsterdã; Filadélfia: John Benjamins, 1999. p. 9-27. DOI: <https://doi.org/10.1075/cilt.175.02jak>

JOHNSON, M. *The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1987. DOI: <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226177847.001.0001>

KANT, I. *Crítica da razão pura*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2013.

KATZ, J.; POSTAL, P. *An Integrated Theory of Linguistic Descriptions*. Cambridge, MA: MIT Press, 1964.

KEMMERER, D. The Spatial and Temporal Meanings of English Prepositions Can Be Independently Impaired. *Neuropsychologia*, [S.l.], v. 43, n. 5, p. 797-806, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.neuropsychologia.2004.06.025>

KEYSAR, B.; SHEN, Y.; GLUCKSBERG, S.; HORTON, W. S. Conventional Language: How Metaphorical Is It? *Journal of Memory and Language*, [S.l.], v. 43, n. 4, p. 576-593, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1006/jmla.2000.2711>

KÖVECSES, Z. Metaphor: Does It Constitute or Reflect Cultural Models? In: GIBBS Jr., R. W.; STEEN, G. (ed.). *Metaphor in Cognitive Linguistics: Selected Papers from the Fifth International Cognitive Linguistics Conference*. Amsterdã; Filadélfia: John Benjamins, 1999. p. 167-188. DOI: <https://doi.org/10.1075/cilt.175.10kov>

KÖVECSES, Z. *Metaphor in Culture: Universality and Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511614408>

KÖVECSES, Z. *Where Metaphors Come From: Reconsidering Context in Metaphor*. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 2017.

LAKOFF, G. Fuzzy Grammar and the Performance/Competence Terminology Game. In: CORUM, C. T.; SMITH-STARK, C./ WEISER, A. (ed.). *Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Meeting Society*, 1973. p. 271-291.

LAKOFF, George. *Notes Toward a Theory of Global Transderivational Well-Formedness Grammar*. Universidade da Califórnia, 1974. [Manuscrito inédito]

LAKOFF, George. *Dual-Hierarchy Grammar*. Universidade da Califórnia, 1975. [Manuscrito inédito]

LAKOFF, George. Linguistic gestalts. *Chicago Linguistic Society*, Chicago, v. 13, p. 236-287, 1977.

LAKOFF, G. *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1987. DOI: <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226471013.001.0001>

LAKOFF, G. The Invariance Hypothesis: Is Abstract Reason Based on Image-Schemas? *Cognitive Linguistics*, Birmingham, UK, n. 1, v. 1, p. 39-74, 1990. DOI: <https://doi.org/10.1515/cogl.1990.1.1.39>

LAKOFF, G. *Moral Politics: What Conservatives Know that Liberals Don't*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1996.

LAKOFF, G. *Don't Think of an Elephant!: Know Your Values and Frame the Debate*. White River Junction, Vermont: Chelsea Green Publishing, 2004.

LAKOFF, G. *Whose Freedom?: The Battle Over America's Most Important Idea*. Nova York: Picador, 2006.

LAKOFF, G. The Neural Theory of Metaphor. In: GIBBS Jr., R. W. (ed.). *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Nova York; Cambridge: Cambridge University Press, 2008a. p. 17-38. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511816802.003>

LAKOFF, G. *The Political Mind: Why You Can't Understand 21st-Century American Politics with an 18th-Century Brain*. Nova York: Viking, 2008b.

LAKOFF, G. Explaining Embodied Cognition Results. *Topics in Cognitive Science*, [S.l.] v. 4, p. 773-785, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1756-8765.2012.01222.x>

LAKOFF, G. Language and Emotion. *Emotion Review*, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 269-273, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/1754073915595097>

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and Its Challenge to Western Thought*. Nova York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: EdUC; Campinas: Mercado de Letras, 2002.



LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 2003. DOI: <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226470993.001.0001>

LAKOFF, G.; WEHLING, E. *The Little Blue Book: The Essential Guide to Thinking and Talking Democratic*. Nova York: Simon and Schuster, 2012.

LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar*. v. 1: Theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar*. v. 2: Descriptive application. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LEAVITT, J. *Linguistic Relativities: Language Diversity and Modern Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511975059>

LEAVITT, J. Linguistic Relativity: Precursors and Transformations. In: SHARIFIAN, F. (ed.). *The Routledge Handbook of Language and Culture*. Abingdon; Nova York: Routledge, 2015. p. 18-30.

LEE, P. *The Whorf Theory Complex: A Critical Reconstruction*. Amsterdã: John Benjamins, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1075/sihols.81>

LEEZENBERG, M. *Contexts of Metaphor*. Amsterdã; Nova York: Elsevier, 2001.

LENNEBERG, E. H. Cognition and Ethnolinguistics. *Language*, Washington, DC, v. 29, p. 463-471, 1953. DOI: <https://doi.org/10.2307/409956>

LENNEBERG, E. H. *Biological Foundations of Language*. Nova York: Wiley & Sons, 1967. DOI: <https://doi.org/10.1080/21548331.1967.11707799>

LEVINSON, S. C. Frames of Reference and Molyneux's Question: Cross-Linguistic Evidence. In: BLOOM, P.; PETERSON, M.; NADEL, L.; GARRETT, M. (ed.). *Language and Space*. Cambridge, MIT Press, 1996. p. 109-169.

LEVINSON, S. C. Language and Mind: Let's Get the Issues Straight! In: GENTNER, D.; GOLDIN-MEADOW, S. (ed.). *Language in Mind: Advances in the Study of Language and Cognition*. Cambridge: MIT Press, 2003a. p. 25-46.

LEVINSON, S. C. *Space in Language and Cognition: Explorations in Cognitive Diversity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003b. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511613609>

LEVINSON, S. C.; WILKINS, D. (ed.). *Grammars of Space: Explorations in Cognitive Diversity*. Cambridge; Nova York: Cambridge University Press, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511486753>

LI, P.; ABARBANELL, L.; GLEITMAN, L.; PAPAFRAGOU, A. Spatial Reasoning in Tenejapan Mayans. *Cognition*, [S.l.], v. 120, p. 33-53, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2011.02.012>

LOCKE, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LUCY, J. A. *Grammatical Categories and Cognition: A Case Study of the Linguistic Relativity Hypothesis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992a. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511620713>

LUCY, J. A. *Language Diversity and Thought: A Reformulation of the Linguistic Relativity Hypothesis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992b. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511620843>

MALOTKI, E. *Hopi Time: A Linguistic Analysis of the Temporal Concepts in the Hopi Language*. Berlim; Nova York; Amsterdã. Mouton Publishers, 1983. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110822816>

MOUSINHO, R. *Aspectos linguístico-cognitivos da síndrome de Asperger: projeção, mesclagem e mudança de enquadre*. 2003. 225f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

MOUSINHO, R. O falante inocente: linguagem pragmática e habilidades sociais no autismo de alto desempenho. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 27, n. 84, p. 385-394, 2010.

MURPHY, G. L. On Metaphoric Representation. *Cognition*, [S.l.], v. 60, p. 173-204, 1996. DOI: [https://doi.org/10.1016/0010-0277\(96\)00711-1](https://doi.org/10.1016/0010-0277(96)00711-1)

NERLICH, B.; CLARKE, D. D. Semantic Fields and Frames: Historical Explorations of the Interface Between Language, Action and Cognition. *Journal of Pragmatics*, [S.l.], v. 32, p. 125-150, 2000. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(99\)00042-9](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(99)00042-9)

NERLICH, B.; CLARKE, D. D. Mind, Meaning, and Metaphor: The Philosophy and Psychology of Metaphor in Nineteenth-Century Germany. *History of the Human Sciences*, [S.l.], v. 14, p. 39-61, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1177/09526950122120952>

NERLICH, B.; CLARKE, D. D. Cognitive Linguistics and the History of Linguistics. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 589-607.

NEWMeyer, F. J. *Generative Linguistics: A Historical Perspective*. Londres; Nova York: Routledge, 1996.

PALMER, G. B. *Toward a Theory of Cultural Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1996.

PARRET, H. *Discussing Language*. Haia: Mouton, 1974. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110813456>

PAUL, H. *Princípios fundamentais da história da língua*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PEDERSON, E. Cognitive Linguistics and Linguistic Relativity. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 1012-1044.

PINKER, S. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINKER, S. Block That Metaphor! *The New Republic*, New York, 9 out. 2006. Disponível em: <https://newrepublic.com/article/77730/block-metaphor-steven-pinker-whose-freedom-george-lakoff>. Acesso em: 28 nov. 2018.

PINKER, S. *Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

POSTAL, P. The Best Theory. In: PETERS, S. (ed.). *Goals of Linguistic Theory*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1972. p. 131-170.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar. *Rutgers University Center for Cognitive Science, Technical Report*, Piscataway, NJ, n. 2, p. 1-262, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1002/9780470756171.ch1>

QUINE, W. O. *Palavra e objeto*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

QUINE, W. O. Dois dogmas do empirismo. In: \_\_\_\_\_. *De um ponto de vista lógico: nove ensaios lógico-filosóficos*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 37-71.

QUINN, N. Convergent Evidence for a Cultural Model of American Marriage. In: HOLLAND, D. C.; QUINN, N. (ed.) *Cultural Models in Language and Thought*. Cambridge; Nova York, Cambridge University Press, 1987. p. 173-192. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511607660.008>

QUINN, N. The Cultural Basis of Metaphor. In: FERNANDEZ, J. W. (ed.) *Beyond Metaphor: The Theory of Tropes in Anthropology*. Stanford: Stanford University Press, 1991. p. 56-93.

QUINN, N. Culture and Contradiction: The Case of Americans Reasoning about Marriage. *Ethos*, [S.l.], v. 24, p. 391-425, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1525/eth.1996.24.3.02a00010>

QUINN, N. Research on Shared Task Solutions. In: STRAUSS, C.; QUINN, N. (ed.) *A Cognitive Theory of Cultural Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 137-188. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139167000.009>

REGIER, T.; KAY, P. Language, Thought, and Color: Whorf Was Half Right. *Trends in Cognitive Sciences*, [S.l.] v. 13, n. 10, p. 439-446, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tics.2009.07.001>

REGIER, T.; KAY, P.; COOK, R. S. Focal Colors Are Universal After All. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States*, Washington, v. 102, n. 23, p. 8386-8391, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.0503281102>

RITCHIE, D. ARGUMENT IS WAR – or Is It a Game of Chess? Multiple Meanings in the Analysis of Implicit Metaphors. *Metaphor and Symbol*, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 125-146, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1207/S15327868MS1802\\_4](https://doi.org/10.1207/S15327868MS1802_4)

ROBERSON, D.; DAVIES, I. R.; DAVIDOFF, J. Color Categories Are Not Universal: Replications and New Evidence from a Stone-Age Culture. *Journal of Experimental Psychology: General*, Washington, DC, v. 129, n. 3, p. 369-398, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1037/0096-3445.129.3.369>

- ROBERSON, D.; DAVIDOFF, J.; DAVIES, I. R.; SHAPIRO, L. R. Color Categories: Evidence for the Cultural Relativity Hypothesis. *Cognitive Psychology*, [S.l.], v. 50, n. 4, p. 378-411, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cogpsych.2004.10.001>
- ROHRER, T. Embodiment and Experientialism. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 25-47.
- RUSSELL, B. *Meu pensamento filosófico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- RUSSELL, B.; WHITEHEAD, A. N. *Principia Mathematica*. 2. ed. Cambridge: At The University, 1950. 3 v.
- SALETAN, W. Neuto-liberalism. *New York Times*, Nova York, 22 jun. 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/06/22/books/review/Saletan-t.html>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- SCHRÖDER, U. A. Os precursores filosóficos da teoria cognitiva das metáforas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 46, n. 2, p. 243-252, 2004. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v46i2.8637171>
- SCHRÖDER, U. A. Antecipações da metáfora cotidiana nas concepções de Hans Blumenberg e Harald Weinrich. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 39-54, 2008. DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.16.2.39-54>
- SCHRÖDER, U. A. A abordagem cognitiva da metáfora em perspectiva pragmática nos séculos dezoito e dezenove: as contribuições de Lambert e Wegener a discussões atuais. *Alfa*, São José do Rio Preto, v. 58, n. 1, p. 115-136, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-57942014000100005>
- SCHRÖDER, U. A. Uma volta para as fundamentações filosóficas de uma teoria cognitiva da metáfora. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 11, p. 34-62, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL28-v11n1a2017-3>
- SHALIZI, C. R. *Analogy and Metaphor*, Feb. 2003. Disponível em <http://bactra.org/notebooks/analogy.html>. Acesso em: 2 dez. 2017.
- SINHA, C. Cognitive Linguistics, Psychology, and Cognitive Science. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 1266-1294.

SLOBIN, D. I. From “Thought and Language” to “Thinking for Speaking”. In: GUMPERZ, J. J.; LEVINSON, S. C. (ed.). *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 70-96.

SMITH, M. V. Linguistic Relativity: on Hypotheses and Confusions. *Communication & Cognition*, [S.l.], v. 29, p. 65-90, 1996.

SOWA, J. F. Review of *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and Its Challenge to Western Thought* by George Lakoff and Mark Johnson. Basic Books, 1999. *Computational Linguistics*, Cambridge, v. 25, n. 4, p. 631-634, 1999.

TALMY, L. *Toward a Cognitive Semantics*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2000. 2 v. DOI: <https://doi.org/10.7551/mitpress/6847.001.0001>

TAYLOR, J. R. Cognitive Linguistics and Autonomous Linguistics. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, H. (ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 566-588.

WAISSMANN, J.; DASEN, P. R. Balinese Spatial Orientation: Some Empirical Evidence of Moderate Linguistic Relativity. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 689-711, 1998. DOI: <https://doi.org/10.2307/3034828>

WHORF, B. L. *Language, Thought and Reality: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge: MIT Press, 1987.